



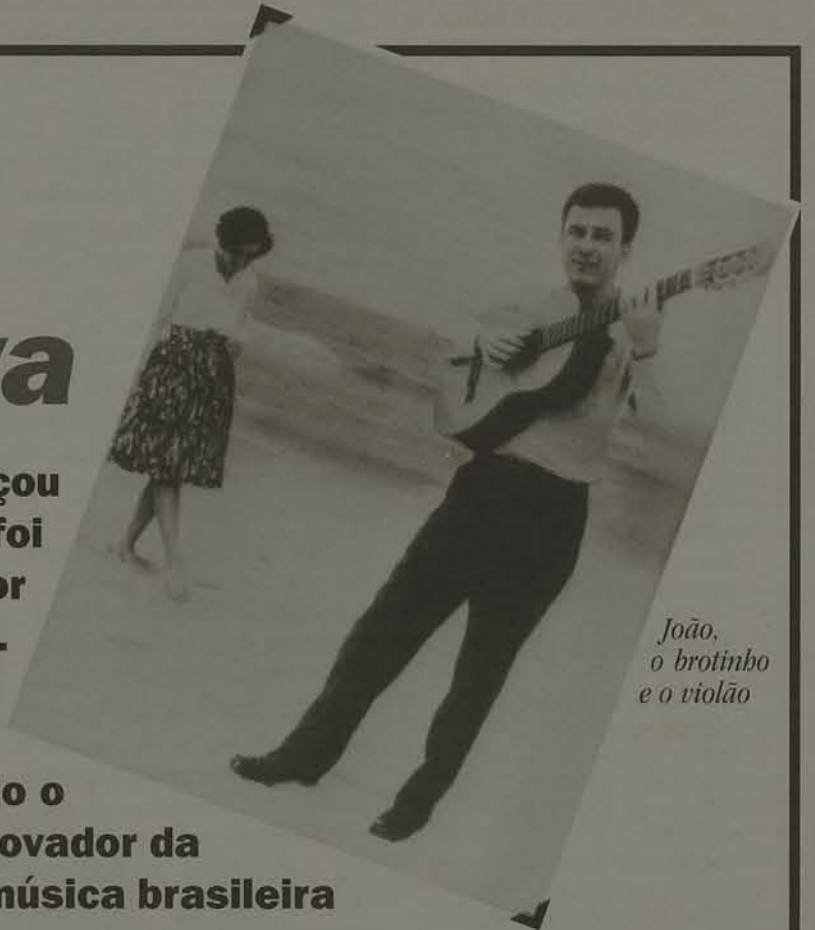
ZERO

FLORIANÓPOLIS, MARÇO DE 1999 - ANO XV, NÚMERO 4



Bossa Nova

Começou em Ipanema e foi gravado até por Frank Sinatra. Nasceu com *Chega de Saudade* e hoje é considerado o movimento mais inovador da música brasileira



João, o brotinho e o violão

40 anos sem desafinar

Ocupação desordenada vai contaminar a água do Norte da Ilha

Viaduto do CIC passa por cima da comunidade

Câmara não defende a população, só as empresas de ônibus

Página 4

Página 8

Página 9

Retransmissoras de TV perpetuam o poder de políticos

ZERO

ANO XV — Nº 4
MARÇO 99
CURSO DE JORNALISMO
CCE - COM
UFSC



Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV, V e XI
Set Universitário
88, 89, 90, 91, 92 e 98

Dedicado à memória
do repórter
Marcos Faermann

Jornal-laboratório do
Curso de Jornalismo da
Universidade Federal de
Santa Catarina editado pelo
Laboratório de Infografia

Concluído em 15 de março

Arte: Romeu Martins
Colaboração: Prof. Aureo Moraes, Caio César, Jornal A Notícia, José da Silva Jr
Direção de arte e de redação: Prof. Ricardo Barreto
Edição: Carolina de Assis, Natália Viana, Salvador Gomes (Sênior), Camila Olivo, Cleide Klock, Filipe Bezerra, Jade Martins, Gustavo Schwabe, Rhodrigo Deda, Romeu Martins, Sara Stopazzoli, Sílvio Smaniottto
Editoração eletrônica: Carolina de Assis, Natália Viana, Salvador Gomes, Sílvio Smaniottto (Sênior), Cleide Klock, Fábio Fava, Filipe Bezerra, Jade Martins, Gustavo Schwabe, Rhodrigo Deda, Sara Stopazzoli
Fotografia: Gustavo Schwabe, Salvador Gomes, Samanta Lopes, Wagner Maia
Laboratório Fotográfico: Salvador Gomes, Samanta Lopes, Wagner Maia
Secretário de redação: Pedro Valente
Serviços editoriais: Bravo, Companhia das Letras, O Estado de São Paulo, Versão dos Jornalistas
Textos: Adriana Sobierajski, Alexandre Brandão, Anacris de Oliveira, Camila Gallo, Camila Olivo, Jade Martins, Gustavo Schwabe, Lúcia de Barros, Natália Viana, Romeu Martins, Salvador Gomes, Samanta Lopes, Sílvio Smaniottto, Valdecir Becker
Tratamento de Imagens: Camille Reis, Fábio Fava, José Lacerda, Pedro Valente, Sara Stopazzoli
Pré-press: Artline
Impressão: Diário Catarinense
Redação: Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-COM), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis/SC
Telefones: (048) 331-9490 e 331-9215
Fax: (048) 331-9898
Site: www.cce.ufsc.br/~com
E-mail: zero@cce.ufsc.br
Circulação: gratuita e dirigida

Jornalismo brasileiro perde um grande repórter e editor

Marcos Faermann trabalhou 24 anos no *Jornal da Tarde*

O jornalismo brasileiro perdeu um de seus maiores reporteres. Marcos Faermann, 55 anos, gaúcho de Rio Pardo, jornalista há 38 anos. Morreu de infarto do miocárdio, em São Paulo, dia 12 de fevereiro.

Em um de seus textos, ou narrativas, como preferia chamá-los, afirmou que "às vezes, o nome é uma condição". Se isso é verdade, o nome dele era uma condição para ser jornalista. E dos bons.

Em 1961 iniciou a carreira no jornal *Última Hora*, de Porto Alegre e de lá, foi para o *Zero Hora*. Deste tempo quem tem boas recordações é Luiz Fernando Veríssimo. Em crônica, no jornal *O Estado de São Paulo*, descreveu o colega, com quem aprendeu o que era a rotina de um jornal, assim:

"O Marcão vivia em ebulição intelectual e física. Seu entusiasmo pelo jornalismo, pela possibilidade de criar mesmo dentro das limitações de um diário precário e de um clima repressivo, era contagiante. Havia uma área de risco, literalmente de risco, em torno de sua inquietação permanente. Como ele não sabia pensar ou falar sem rabiscar alguma coisa, você precisava recolher mãos e proteger a roupa da sua esferográfica distraída."

Em 1968, Faermann foi para o *Jornal da Tarde*, em São Paulo, onde ficou como repórter especial por 24 anos. Paralelamente, participou da criação ou da execução de muitos jornais alternativos. Entre eles: *O Bondinho*, *o Grilo*, *o Ex* e *o Versus*. Criou a revista *Singular &*



Futebol e jornalismo foram as maiores paixões de Faermann

Plural, que foi editada entre 1977 e 1978.

O jornalista, que tinha uma relação "quase melancólica com Porto Alegre", teve dois filhos, Laura e Julio. Foi chefe do Patrimônio Histórico do município de São Paulo e até setembro de 1995 editava as revistas da Secretaria Municipal de Cultura. Era responsável também pela edição de revistas dirigidas para a comunidade israelita, a mensal *Hebraica* e a trimestral *Sbalon*.

Jornalismo era sua maior paixão. Em entrevista ao jornalista Ricardo Barreto, em 1995, para o jornal *Versão dos Jornalistas*, mostrou um pouco de suas idéias. "O jornalismo humanista tem uma busca de inquietação e dos mistérios da condição humana, tem a emoção da tela de Van Gogh, dos textos de Cortázar, que têm a angústia das buscas de Marx e do Freud, carregado da angustiosa busca dos limites da condição huma-

na." Entendia o jornalismo como um método de trabalho e não uma linguagem.

Em dezembro último, Faermann esteve em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina, participando do encontro *Jornalistas pela Paz*. Veio falar sobre o novo jornalismo.

Atualmente estava envolvido na realização do livro *História da reportagem - de Heródoto aos nossos dias*. Afirmava que seria o livro de sua vida. Na sua opinião, a grande lacuna na formação acadêmica de novos profissionais do jornalismo era não se deter na história da reportagem.

O coração lhe traiu em plena atividade. Para Veríssimo foi paixão demais - "nunca conheci ninguém tão apaixonado por jornalismo como o Marcão." Sua obra confirma isso.

Lúcia de Barros

Frases extraídas da entrevista que Marcos Faermann concedeu ao jornal *Versão dos Jornalistas* em dezembro de 1995:

O jornalismo tem histórias, tem propostas, tem cânones, não é uma história que se reinventa a cada geração.

Há muita gratuidade na cara dos jornais, acho os jornais muito gratuitos, muito indutores, todos os mesmos. Mudam os logotipos, mas os jornais são parecidos, as soluções gráficas idênticas.

Vejo o desapego à investigação, o desapego ao texto e também a grande verdade é que os jornais pagam tão mal que os jornalistas muito bons não têm interesse em estar em suas redações. Os jornais de um modo geral, abriram mão da grande reportagem como exercício sistemático de investigação da realidade.

Eu acredito na grande história, mas é preciso ter imaginação, bons repórteres, bons fotógrafos, que tenham essa arte de comover as pessoas, de contar coisas humanas.

Eu sou um apaixonado defensor das escolas de jornalismo. Por mais que o objeto delas não esteja muito preciso é o único lugar em que velhos repórteres podem falar de reportagem, onde se discute texto, estilo.

Talvez o *Coojornal* tenha sido o melhor jornal de reportagens de toda imprensa alternativa. Fazia reportagens sensacionais e com o punch do repórter gaúcho, que é parecido com os jogadores do Grêmio e do Inter: estão sempre lutando, acreditando, chutando, se matando e tudo. O futebol e o jornalista gaúcho são muito parecidos, graças a Deus. Eu tenho muito orgulho dos dois.

CRÍTICA TV

Amorim foi uma vítima da ditadura do Ibope

Há pelo menos oito anos, ouvi-lo era um exercício de paciência. Fruto da doutrina beutmülleriana de falar, Paulo Henrique Amorim cansava os ouvidos, como correspondente da Globo em "Nova Iorque". Não passava de, com o devido respeito ao profissional, um divulgador das notícias sobre curas, remédios, neve, wallstreet, etc...etc...etc... A surpreendente transferência para a Bandeirantes representou inicialmente uma grande jogada de marketing pessoal. No momento seguinte, a sensação era a de que nada de novo poderia surgir no mar de telejornalismo que se havia transformado em um congestionamento de âncoras. Muitas delas, é certo, ajudando a afundar suas próprias navios. Bóris Casoy talvez seja o melhor exemplo.

No entanto, aos poucos, o *Jornal da Band* com Paulo Henrique Amorim, transformou-se no ponto de referência para o telespectador interessado estritamente na notícia. Contrariando as teorias de que jornal bom não bate de frente com o JN, encarou o mesmo horário. Uma prova de que, para brigar, não há que se fugir da briga. Depois, autônomo, independente, ofereceu ao telejornalismo brasileiro algo absolutamente diferente. Se fosse preciso, e em alguns

casos foi, ocupava praticamente todo o tempo com um único assunto - como foi a convocação do congresso para discutir as reformas na previdência.

O maior mérito do *Jband* estava mesmo no fato de valorizar a informação pelo seu conteúdo; estabelecer complementos à notícia através da participação diária de repórteres ao vivo, ao final das principais reportagens. E evitando os comentários absolutamente inocuos e moralistas utilizados por outros apresentadores como Casoy ou Witte Fibe. A escolha pelo padrão de apresentação pessoal mas não personalista tornou o *Jornal da Band* sério, respeitável e infinitamente superior aos demais. Fosse nas entrevistas justas no tempo mas completas e objetivas, fosse nas informações de bastidor acrescentadas ao final das matérias, fosse pela citação expressa e diária do nome do editor-chefe e apresentador na vineta de entrada do jornal, tudo no *Jornal de Amorim* soava como novo, diferente, e até por isso de bom gosto.

Mas...a ditadura da pesquisa, do Ibope, da audiência, decantada por Mario Marona do JN como determinante na hora de compor a estrutura do jornal que dirige, acabou por tomar de assalto a autonomia desejada e até bastante praticada por Amorim. Nada

que os videntes da mídia não houvessem previsto. O que assusta, contudo é a absoluta falta de respeito por quem já se havia acostumado ao simpático "olá, tudo bem?" que se transformou na marca registrada do jornal da Bandeirantes.

O resultado do atropelo da informação pelo rolo compressor dos números do faturamento comercial junto às massas é o fim desta saudável tentativa de alterar o cenário cansado e repetitivo dos telejornais brasileiros. Como diz o jornalista Fabiano Golgo, em seu artigo na edição 61 do Observatório da Imprensa, "A única coisa coerente que os Saad poderiam fazer seria manter-se no pedestal de emissora que preza a informação séria, com um apresentador colíbio dos anais da Globo que tenta oferecer um produto jornalístico de qualidade um pouco melhor do que se tem no mercado..." Com o devido respeito ao senhor Casoy, a atitude da emissora e dos coordenadores da recém-criada Unidade de Produção de Jornalismo é, sem dúvida, uma vergonha!!!

Aureo Moraes

Jornalista e professor do Curso de Jornalismo da UFSC

Poder, dinheiro e votos no ar

Políticos são principais favorecidos no jogo da distribuição de RTVs

Diversos políticos foram beneficiados por autorizações de instalação de Retransmissoras de TV (RTVs) durante o governo FHC. Ao total foram 87 beneficiados, cuja maioria das concessões foi feita por portarias assinadas em datas próximas a janeiro de 97, data da votação da emenda da reeleição. Além de políticos, também foram beneficiadas prefeituras e igrejas.

Apesar da relutância do Ministério das Comunicações em fornecer informações a respeito do tema, o *Observatório da Imprensa* publicou na internet um dossiê apurado pelos repórteres Jayme Brener e Sylvio Costa, do Correio Brasiliense, que aponta uma série de irregularidades. Entre elas, veiculação irregular de propaganda, descumprimento da legislação eleitoral, emissão ilegal de programas, além do favorecimento de políticos como José Sarney, Antônio Carlos Magalhães, Inocêncio de Oliveira, entre outros, nas concessões de RTVs durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Conforme o dossiê, o resultado das eleições provou o uso político das RTVs, além de mostrar seu poder. A Igreja Universal, que comanda a TV Record, elegeu 14 deputados federais, além de fazer o deputado estadual mais votado em São Paulo, Faria Jr. (PMDB, com 170 mil votos). No Rio de Janeiro, Ronaldo Cezar Coelho, cujo irmão, Arnaldo, comanda a TV Rio Sul (autorizada, neste governo, a retransmitir a Globo em mais 5 cidades), foi o 4º deputado mais votado, pelo PSDB. O mato-grossense Wellington Fagundes (PL), integrante do grupo de Júlio Campos, foi o federal mais votado. Ele foi autorizado a montar, neste governo, uma rede que já conta com três RTVs. No mesmo estado, Pedro Henry (PSDB), que era suplente, foi o 3º mais votado. Ele é irmão de Ricardo Luiz Henry, sócio majoritário da TV Descalvados (SBT), autorizada a funcionar neste governo.

Em Pernambuco, reluz a figura de Inocêncio Oliveira (PFL, 2º mais votado do estado), piloto da TV Asa Branca (Globo) em Caruaru, autorizada por FHC a montar retransmissoras em mais quatro municípios. O maranhense Roberto Rocha, (4º mais votado, PSDB), é sócio da TV Vale do Farinha (Bandeirantes, em Balsas), autorizada a retransmitir em mais três municípios. E Sarney Filho (PFL), irmão de José Macieira Sarney, sócio majoritário da TV Mirante, foi o 3º federal mais votado do estado.

A pesquisa demonstrou primeiramente que a maioria das repetidoras foi entregue a empresas de comunicação tradicionais, sem nenhum vínculo partidário direto, ou a prefeituras interessadas em oferecer à população local a imagem das grandes redes nacionais ou regionais de TV. Confundindo-se com elas, porém, aparecem 268 RTVs entregues a empresas ou entidades controladas por políticos. São 19 deputados federais e 11 estaduais, seis senadores, dois governadores, sete prefeitos, três ex-governadores, oito ex-deputados federais, oito ex-prefeitos e 23 outros políticos sem mandato.

Usando o poder- Como presidente da República, o hoje senador José Sarney (PMDB-AP) escreveu entre 1987 e 1988 um decisivo capítulo da história da radiodifusão no País ao distribuir concessões de rádio e TV a aliados políticos. Sarney distribuiu 1316 emissoras, das quais apenas 288 passaram pela apreciação do congresso.

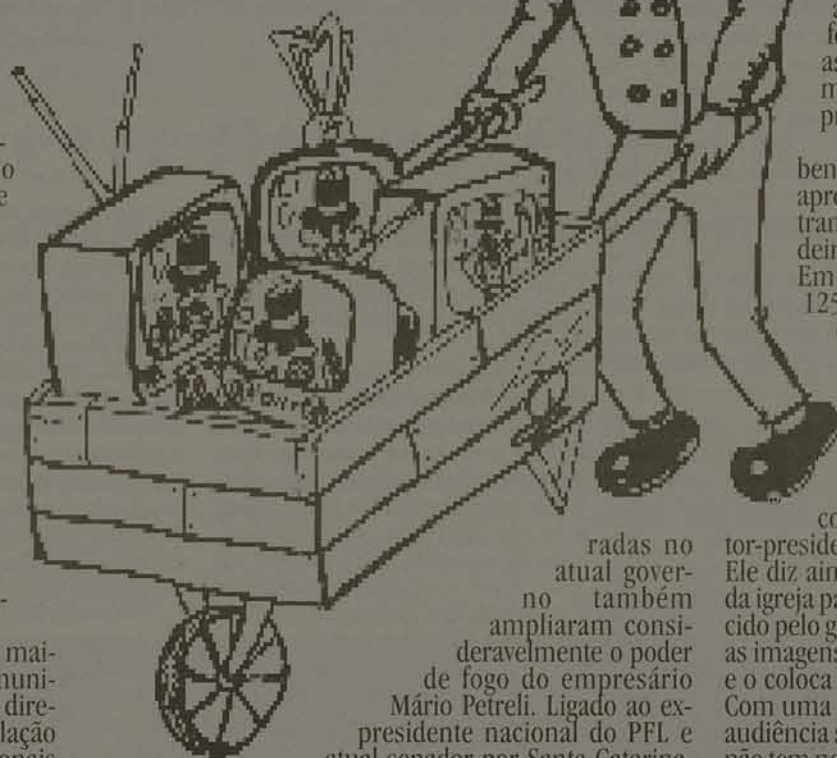
Beneficiário direto ou indireto de 21 estações retransmissoras de televisão (RTVs) distribuídas no governo Fernando Henrique, o grupo Sarney é no momento uma potência na área de comunicação. Controla o Sistema Mirante de Comunicação, que edita no Maranhão o principal jornal do estado, O Estado do Maranhão, e mantém três afiliadas da Rede Globo e pelo menos sete emissoras de rádio. Possui ainda o Sistema Meio Norte de Comunicação, cuja influência se estende ao Piauí, onde o grupo publica o jornal Meio Norte e repete a programação do SBT a partir do município maranhense de Timon - separado da capital piauiense, Teresina, apenas pelo rio Parnaíba. Isso sem falar do controle indireto. São ligados ao ex-presidente os proprietários de quase todas as emissoras de rádio e TV do Maranhão. "Nada vem para cá nessa área sem o aval de Sarney", acredita o ex-deputado federal maranhense José Carlos Sabóia (PSB). Adversário de Sarney, o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) chega a brincar: "Ah, meu filho, no Maranhão o negócio é animado demais..."

Ministro das Comunicações do governo Sarney, o atual presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), é alvo de uma longa lista de reclamações con-

tra a utilização política do seu grupo de comunicação — um conglomerado que inclui um jornal, sete afiliadas da Rede Globo (uma na capital e as outras no interior), quase 400 RTVs e várias emissoras de rádio.

A TV Asa Branca, afiliada da Globo em Caruaru e parte do forte esquema de comunicação mantido em Pernambuco pelo líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira. A TV, que já tem um faturamento mensal de R\$ 300 mil, recebeu, através de uma portaria assinada em março do ano passado, mais quatro retransmissoras que devem duplicar o seu mercado potencial, como informa Vicente Jorge, sócio minoritário da emissora e presidente da Associação das Empresas de Comunicação de Pernambuco. Ele é sócio majoritário da Rede Nordeste de Comunicação Ltda., junto com as suas duas filhas. O grupo de Inocêncio também controla duas rádios no interior (uma AM e uma FM) e a CBN de Recife.

As repetidoras de televisão libe-



radas no atual governo também ampliaram consideravelmente o poder de fogo do empresário Mário Petreli. Ligado ao ex-presidente nacional do PFL e atual senador por Santa Catarina, Jorge Bornhausen, ele é dono de 70% do capital das quatro afiliadas da Record no Paraná (os outros 30% são da Igreja Universal), que ganharam 26 RTVs entre maio de 1996 e março de 1997. O seu grupo de comunicação também mantém a TV O Estado, que repete o sinal do SBT em Florianópolis e Chapecó (SC) além de duas rádios líderes de audiência em Curitiba: a Jovem Pan FM e a Rádio Independência AM.

As RTVs existem principalmente para repetir o sinal das geradoras de televisão nas localidades onde ele não chega ou chega precariamente, por isso ficaram de fora do decreto número 1.720, assinado em 28 de novembro de 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que tornou obrigatória a realização de licitação para a outorga de canais de rádio e TV.

Há outro motivo para as RTVs terem se transformado em presa succulenta. De acordo com a lei, elas podem gerar até 15% da programação quando repetem a programação de emissoras educativas ou quando ficam na chamada Amazônia legal, que inclui toda a região Norte mais Mato Grosso e parte do Maranhão. É aí que o que seria uma simples repetidora se transforma numa vigorosa arma política. "Uma TV dessas, por menor e mais precária que seja, confere ao seu proprietário um poder fantástico", diz o ex-ministro e ex-senador Jarbas Passarinho, que conhece de perto o modo de funcionamento de algumas RTVs instaladas no seu estado, o Pará. É possível ouvir queixas até na bancada governista. "É uma vergonha o que estão fazendo com as emissoras educativas", reclama o deputado federal Roberto Brant (PSDB-MG). "Em Minas, as retransmissoras de TV educativa se transformaram em instrumento de política partidária. É preciso pôr um fim nesses abusos."

Antenas da fé- A lista das redes de televisão beneficiadas com autorizações de concessão não apresenta muitas surpresas: SBT (342 novas retransmissoras), Globo (319), TISJRP (310), Bandeirantes (252), Manchete (226), Record (151). Em sétimo lugar aparecem as TVs educativas, com 125 concessões. A sigla impronunciável (TISJRP), de Televisão Independente de São José do Rio Preto, que ocupa o terceiro lugar, tem como nome de guerra Rede Vida, e aguarda mais 140 autorizações do Ministério das Comunicações.

"A Rede Vida é um dos únicos sistemas de televisão em todo o mundo a ter a coragem de dizer: somos católicos", diz o diretor-presidente da TISJRP, João Monteiro de Barros Filho. Ele diz ainda que conseguiu unificar todas as correntes da igreja para defender os valores da família. Foi reconhecido pelo governo. Hoje, cada diocese que desejar receber as imagens da TISJRP compra seu próprio retransmissor e o coloca à disposição da emissora, mantendo a posse. Com uma programação variada, os programas de maior audiência são os terços transmitidos ao vivo. "A Rede Vida não tem nenhuma vinculação política", garante João Monteiro de Barros Filho.

No campo evangélico, a linha de frente está com a Igreja Universal do Reino de Deus, proprietária da Rede Record, com suas 47 emissoras e centenas de repetidoras espalhadas pelo país.

Textos: Valdecir Becker

Clientelismo eletrônico também inclui SC

Estado não ficou de fora da farta distribuição de sinais

José Carlos Martinez (PFL-PR) - controla a Rádio e Televisão OM Ltda. e a Televisão Carimã Ltda., que geram e distribuem a programação da sua rede, a CNT. As duas empresas foram autorizadas a instalar 28 repetidoras: 20 no Paraná, uma no Espírito Santo, uma no Mato Grosso do Sul, uma no Rio Grande do Norte, duas em Santa Catarina e três em São Paulo.

Ivan Bonato (PFL-SC) - sócio-proprietário das empresas Televisão Joaçaba Ltda. e Firenze Comunicação e Produção Ltda., ambas ligadas à rede Barriga Verde (retransmissora da Bandeirantes). A rede recebeu 12 repetidoras, entre 23.08.96 e 07.03.97. Bonato foi suplente do senador eleito Jorge Bornhausen da legislatura anterior. Exerceu o mandato enquanto Bornhausen ocupou o cargo de ministro da Educação, no governo Sarney.

Mário Petreli (PFL-PR) - Muito ligado ao ex-presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen, é sócio majoritário da Rádio e Televisão Vanguarda Ltda., da Rádio TV Independência Sudoeste Ltda. e da TV Independência S/A, que retransmitem no Paraná o sinal da Record. As três empresas receberam no total 26 repetidoras, cuja instalação foi autorizada entre 15.05.96 e 21.03.97. Próspero empresário, Petreli tem 70% do capital do Sistema Independente de Comunicação.

Roberto Rogério Amaral (PPB-SC) e Plínio David de Nez Filho (PFL-SC) - sócios do Sistema Catarinense de Comunicação (SBT), que recebeu sete RTVs, entre 17.07.96 e 07.03.97. Amaral foi fundador e presidente do PDS em Lages, onde, depois, presidiu o diretório municipal do PRN. Plínio é filho do ex-deputado estadual homônimo, já falecido.

Poluição ataca manancial de água

Esperar pela ajuda do Ministério Público pode ser tarde demais

"A água que abastece todo o norte de Florianópolis pode ser contaminada de maneira irreversível". Este é o alerta feito em tese de doutorado do sanitarista Edio Laudelino da Luz, ainda em andamento. A contaminação pode ocorrer devido à construções irregulares que ocuparam as dunas dos Ingleses, região de coleta da água. "A situação já é preocupante", garante o sanitarista, apesar de não saber com exatidão quanto tempo levará para ocorrer. Caso isso aconteça, o estado perderá sua fonte mais pura deixando 25 mil pessoas sem água no inverno e 70 mil no verão.

Cerca de 200 famílias, instaladas hoje nas dunas da Rua do Siri, colaboram para apressar os acontecimentos e tirar o sono de Da Luz. É que o esgoto produzido ali é jogado diretamente no solo já que, estando em situação irregular de ocupação, as casas não dispõem de nenhuma espécie de saneamento. Do mesmo modo que acontece com a água da chuva, o esgoto escorre pela areia e pode vir a atingir o lençol freático da onde são retirados 8,5 milhões de m³ de água ao ano, que são usados para abastecer as comunidades de Ingleses, Jureê, Daniela, Canasvieiras, Ponta das Canas e Rationes. "É uma área de recarga. A água da chuva é filtrada quando passa pela areia e acaba sendo armazenada 60 metros abaixo da superfície", conta Da Luz. "Se não houver controle, o nitrato (substância presente no esgoto) pode contaminar a água e servir de alimento para bactérias". A única medida, caso a



Casas e barracos tomaram conta das dunas nos Ingleses. Autoridades não assumem o problema



O esgoto jogado no solo vai contaminar a água abaixo das dunas



captada nos Ingleses torne-se imprópria para o consumo, seria bombear água do continente — à cerca de 80 km. Ação impraticável segundo Da Luz. "Como vamos ter dinheiro para fazer isso?", reclama.

A Casan — Companhia Catarinense de Água e Saneamento — examina constantemente a pureza da água da região. "Caso se constate a poluição da água, faremos trabalho de descontaminação", diz o gerente regional do órgão, Adilson Pereira. Para Da Luz, a descontaminação do manancial seria impossível. "Já há um caso em Camboriú. Toda a água do subsolo está contaminada e não há como recuperá-la", compara.

Não bastasse a iminente contaminação, a urbanização do local também ameaça a água da região. Segundo Da Luz, os telhados, boeiros, pavimentação e tudo que impeça a água de chegar à areia, fazendo com que ela escorra diretamente para o mar, pode diminuir o volume da reserva de água.

As construções localizadas nas dunas dos Ingleses ameaçam, não só a água da região, como também o próprio local. É que as dunas são áreas de pre-

servação permanente e apenas a Casan tem permissão para estar ali, ocupando uma pequena área na estação de captação. As invasões na região começaram em 1980 e hoje, segundo dados do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis — IPUF, existem 200 casas na Rua do Siri. As construções utilizam-se de luz e recolhem água através de poços artesanais, alguns com apenas um metro de profundidade. O IPUF realizou estudo sobre o local, inclusive destinando a área na Vargem Grande para acomodação dessas famílias, mas diz que não é sua função retirar as famílias de lá.

O problema fica mais difícil porque ninguém quer assumi-lo. "Agentes públicos, polícia ambiental, Fatma, Iba-ma, todos justificam-se dizendo que já mandaram para o Ministério Público", reclama o Coordenador de Defesa do Meio Ambiente, Brasil Pinto. "O processo judicial é o extremo do problema. Os órgãos responsáveis têm capacidade para intervir mas não o fazem", reclama. "Agora tem lá mais ou menos 200 famílias e ninguém quer mexer. Pilhas de processos não adiantam, tem que usar repressão". Segundo Brasil Pinto, o Ministério

Público é que teve que intervir para remover 70 famílias que estavam instaladas no trevo de Canasvieiras para viabilizar a construção do viaduto. "A área é da prefeitura, mas nós é que tivemos que retirá-los".

Para exemplificar o problema com os processos, Pinto mostra uma ação de 1994, quando quatro pessoas foram indiciadas por venderem terrenos na área de preservação, e que já vinha ocorrendo há mais de dez anos. Em dezembro de 97 foram todos absolvidos. "Me vejo afogado nos processos, tentando incentivar uma ação".

O alerta de Da Luz começou já em 1997 com o artigo "Água das Dunas, A Sustentação dos Manezinhos", publicado no jornal *Diário Catarinense*. O texto trazia a mensagem: "A perda daquele manancial implicará numa perda coletiva, resultante da insensatez tanto do poder público quanto privado de perceber a interrelação e interdependência dos dois sistemas — o natural e o econômico".

Salvador Gomes e Adriana Sobierajski

Pilotos de jet-skis na Ilha andam fora da lei

Acidentes e pouca fiscalização não impedem os abusos

- Eu queria alugar um jet-ski, é com você?
- Sai 20 reais por 15 minutos.
- Mas eu não tenho habilitação.
- Não tem problema, só que você vai poder andar só na Lagoa Pequena.

O diálogo acima aconteceu na semana passada na Lagoa da Conceição. Mesmo sabendo que é proibido e que por isso pode pagar uma multa de 600 reais, a dona dos jet-skis não pensa duas vezes em alugá-los para qualquer pessoa. O arraes amador, a habilitação necessária para quem quiser andar com um jet-ski, é concedido pela Capitania dos Portos para maiores de 16 anos que pagarem sete reais e dez centavos e fizer uma prova sobre um questionário cedido pela Capitania na época de inscrição. Além de jet-skis, quem tiver este arraes pode pilotar qualquer barco de pequeno porte, chamado de embarcação miúda no jargão marítimo.

Miguel Ferreira tem 17 anos de idade, um jet-ski que ganhou no aniversário e já tirou a habilitação. Pilota todos os finais de semana e a brincadeira preferida por ele é "pular ondas", coisa que faz com certa frequência. "Praia muito cheia não dá, o pessoal reclama muito. Uma vez eu fui na Galheta e gostei, quase não tinha ninguém". Quando sai com o jet-ski, Miguel não costuma levar sua habilitação.

Ao fazer isso todos os finais de semana, Miguel está pulando ondas e pulando leis que ele conhece. A primeira: não pilotar a menos de 200 metros de distância da praia. Ao fazer sua manobra preferida, ele coloca em risco a segurança dos banhistas. A segunda: é proibido pilotar qualquer embarcação sem os documentos. Miguel diz que não precisa se preocupar com isso porque a fiscalização não existe.

De fato, a Capitania dos Portos dispõe de dois barcos e um bote para fiscalizar as 42 praias da ilha e a Lagoa da Conceição. Segundo o cabo Jair Oliveira, da Capitania de Florianópolis, este ano a Polícia Militar também estava atuando os infratores. Mas segundo o soldado Jean Carlos, que trabalha na Barra da Lagoa, a orientação é para deter o infrator e chamar o pessoal da Capitania. Para complicar ainda mais a fiscalização, o infrator tem que ser pego em flagrante e receber a notificação na hora. Esta notificação não é sinônimo de multa: para ser multada, a pessoa tem que ir à Capitania dos Portos apresentar o auto. Ainda lá, a pessoa pode se defender e, ou anular a notificação, ou pagar menos. Por conta disso, não existe um valor pré-definido para multas.

Embora as praias preferidas da ilha para quem pilota jet-ski sejam Ingleses e Canasvieiras, os moradores da

Barra da Lagoa vêm enfrentando problemas há dois anos com os pilotos. A velocidade máxima permitida no Canal da Barra é a de três nós, mas segundo o pescador Claudionor Vieira, ninguém respeita. A mãe do pescador já foi derrubada de uma batera pelas marolas causadas por um jet-ski que passou em alta velocidade. Claudionor diz que a fiscalização não existe e que os moradores já quiseram várias vezes partir para a pancadaria.

Ainda segundo o cabo Jair, da Capitania dos Portos de Florianópolis, a segurança pessoal de banhistas é de responsabilidade da Prefeitura Municipal, e que talvez no próximo ano a fiscalização ficaria também por conta do Corpo de Bombeiros. Por enquanto, os banhistas têm que se contentar com o telefone 248 5500. Segundo a Capitania é só chamar que a fiscalização aparece.

Anacris de Oliveira



Polêmica contra projeto turístico no Costão do Santinho começou em 1984, com o apoio de órgãos públicos e ambientais

Destruindo em nome do lucro

Empreendimento avança sobre área de preservação permanente

O Costão do Santinho, complexo turístico localizado no norte de Florianópolis, não tem, agora, problemas com órgãos de proteção ambiental; não tem, hoje, nenhuma construção ilegal e, muito menos, desrespeita, teoricamente, alguma lei ambiental. Não haveria nada demais, não fosse a discrepância de alguns órgãos responsáveis pela fiscalização. É que a área destinada à construção de 118 apartamentos é nada menos que o Morro das Aranhas. Classificado pelo Ibama, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, como promontório (espécie de formação daquela região), o morro é, preferencialmente, área de preservação ambiental. Apesar disso, um Termo de Ajuste de Condutas (TAC) de janeiro de 98, assinado pelo Ministério Público Federal, Ibama, Fatma (Fundação de Amparo Tecnológico ao Meio Ambiente), Prefeitura Municipal, União Federal e Santinho Empreendimentos Turísticos S.A, dá possibilidade para que o empreendimento prospere.

É, no mínimo, estranho que uma área que antes havia sido classificada como "área de preservação permanente" por vistoria realizada pelo Ibama, agora possa ser invadida e depredada sobre a tutela de um termo. Em vistoria realizada em fevereiro de 96 o instituto foi claro: "não há licenciamento ambiental com validade que permita a implantação do empreendimento, e nem poderá haver, posto que a construção do mesmo significaria a destruição de considerável parcela de área de preservação permanente". O que fez o Ibama realizar a vistoria foi a construção, no Morro das Aranhas, de uma espécie de mostruário do que seria um dos 118 apartamentos destinados a servirem de quartos para hotel. Na época a obra foi embargada.

"O Termo de Ajuste de Condutas foi feito para que a área seja preservada o máximo possível" explica o responsável técnico do Ibama, André Boclin. "O

Morro das Aranhas é promontório. A lei é tênue e subjetiva quanto a esse tipo de formação. Ela diz que a área deve ser preferencialmente considerada de preservação. Não é como as dunas, por exemplo, que devem obrigatoriamente ser preservadas", explica. Grande parte do morro foi transformada em reserva particular, ou seja, na prática o proprietário encarrega-se da preservação da área em troca de abatimentos no imposto. "É uma área particular. A única nor-

veniente do alojamento e refeitório destinados aos operários da empresa, foi embargado.

A briga entre o Costão do Santinho e os órgãos ambientais arrasta-se desde sua implantação, em 1984. Mais do que isso, já naquela época os órgãos de meio ambiente entravam em contra-dição. No início, a Fatma entendeu que não deveria exigir o Estudo Prévio de Impacto Ambiental que, normalmente, é feito em casos como

a convivência da imprensa e das autoridades. O Costão sobreviveu até 98, quando foi firmado o Termo de Ajuste de Condutas. A partir daí as coisas tornaram-se mais simples. Agora, ajeitando estruturas e localizações, os 118 apartamentos — o projeto inicial previa 200, mas o acordo reduziu o número — já estão devidamente legalizados.

É claro que esta legalidade não convence muita gente que mora



ma é respeitar o Termo de Ajuste de Condutas", lembra Boclin.

O problema é que quem deveria cuidar da ocupação de todo litoral catarinense é o próprio estado. Segundo Boclin, através do Plano de Gerenciamento Costeiro a União decidiria que áreas poderiam ser ocupadas. "Mas o estado nunca fez este Plano. Aliás, acho que nenhum estado já fez", reclama.

Na última vez que Ibama autuou o Costão do Santinho — outubro do ano passado, os cofres públicos arrecadaram R\$ 4.900,00. A multa foi por "despejar esgoto resultante de dejetos humanos, a céu aberto e sem qualquer tratamento". O esgoto pro-

este. Além disso, o órgão concedeu, em 1988, Licença Ambiental Prévia para o Costão, através do qual ele se sustentou até 96, quando o Ibama embargou a obra do Morro das Aranhas. Na época, a procuradora da República, Analúcia Hartmann, chegou a declarar em jornais que a situação do Costão era "totalmente irregular" e que partiria para uma Ação Civil Pública caso os órgãos ambientais não resolvessem o problema. Também em 96, o Costão enfrentava um abaixo assinado promovido pela Associação dos Surfistas dos Ingleses e Santinho que acusava o empreendimento de desrespeitar a legislação ambiental e apontava

na região e passa, quase todos os dias pelo Morro das Aranhas. Paulo Eduardo Antunes é um exemplo. Ele foi autor da denúncia contra o Costão, enviando cartas a diversos órgãos e autoridades, inclusive ao ministro do meio ambiente. "O Ibama fiscaliza através de denúncias. Se há algo errado, certamente alguém irá denunciar", acomoda-se o responsável pela fiscalização no instituto, Rogério Melo.

Os resultados dessa história podem ser vistos no próprio local ou nas fotografias dessa página.

Poder público e Santinho Empreendimentos Turísticos, ignoram abaixo assinado pela preservação do Morro das Aranhas. Prefeitura diz amém

Salvador Gomes

Os 40 anos da bossa. Ainda nova



O crítico musical José Ramos Tinhorão definiu como uma imitação do jazz americano e um momento único de alienação das elites brasileiras. O cantor e compositor Tom Jobim afirmou que ela influenciou toda uma geração de arranjadores, guitarristas, músicos e cantores. Em meio a tanta polêmica, a bossa nova completa quarenta anos e se firma como o mais fino produto de exportação da cultura nacional.

Em 1959, o cantor e compositor João Gilberto entrava no estúdio da gravadora Odeon para gravar seu primeiro *long-playing*, intitulado *Chega de saudade*. Considerado um grande marco, o LP consolidou o estilo da bossa nova e é o grande divisor de águas da música brasileira. Apesar de muitos acreditarem que ele deu início ao movimento, muita semente já havia sido plantada.

Três anos antes do lançamento de *Chega de saudade*, a cantora Sylvinha Telles, ex-namorada de João Gilberto, gravou um 78 r.p.m. contendo *Foi a noite*, dos compositores Tom Jobim e Newton Mendonça, e *Menina*, de Carlinhos Lyra. Numa época em que predominava a voz de Orlando Silva e o tipo de música de Dorival Caymmi, a melodia simples e o ritmo de *Foi a noite* deixaram todos em dúvida. Sem saber como classificar aquele estilo diferente de música, nada foi escrito no selo do disco. E *Foi a noite* acabou sendo lançado sem nenhuma especificação de gênero.

Nesta mesma época, a academia de violão dos compositores Carlinhos Lyra e Roberto Menescal passou a ser o grande reduto dos jovens que procuravam um novo rumo para a música brasileira. Inaugurada em 1956, a academia carioca localizada na avenida Vieira e Souto tinha como finalidade garantir os *milk shakes* e as pipocas de seus proprietários - então com dezoito anos. Além do dinheiro, Lyra e Menescal sonhavam encontrar uma batida de violão que revolucionasse a história da MPB, algo diferente de tudo o que já havia sido feito. Para compartilhar desse desejo, a dupla conseguiu, em poucas semanas, mais de 50 alunos. Três meses depois já eram 200, sendo 80% dos matriculados mulheres. Entre elas, Nara Leão. Com 14 anos na época, a menina pretendia cantar e tocar profissionalmente.

Os encontros proporcionados pela academia de violão não pararam por aí. Ainda em 1956, Menescal e o jornalista Ronaldo Bôscoli conheceram-se numa roda de violão e não se desgrudaram mais. Já na primeira conversa perceberam que compartilhavam o desprezo pelas músicas dramáticas e melosas, hegemônicas no Brasil daquela época. Como um queria fazer letra e o outro música, perceberam que aquela amizade acabaria rendendo muitos frutos para a música popular brasileira.

Algum tempo depois, Menescal começou a namorar Nara Leão e o apartamento da menina passou a ser uma extensão da academia. De lá saiu *Não faz assim*, mais tarde considerada uma das primeiras canções da bossa nova. No apartamento, reunia-se toda a turma que mais tarde caracterizaria o movimento: Bôscoli, Lyra, Chico Feitosa, Menescal, Dori

Caymmi e até João Gilberto. Ao bater na porta do apartamento de Menescal para pedir um violão emprestado, o baiano entrava definitivamente para a turma. Naquela noite, João Gilberto cantou para o grupo a canção *Hô-ba-lá-lá*. E bastou ouvir uma única nota para Menescal perceber que o músico baiano sintetizava tudo o que eles tanto procuravam na academia de violão. O segredo da inovadora batida de João Gilberto mais tarde ficou conhecido como violão gago, técnica que multiplicava as síncopas, acompanhadas da descontinuidade do acento rítmico da melodia e do acompanhamento, gerando assim a birritmia que mais tarde acompanharia todos os sambas da bossa nova.

A partir daí, tudo ficou mais fácil. Apesar de João Gilberto ainda ser um rosto desconhecido, sua voz e suas canções eram reproduzidas em todo o Brasil. Em abril de 1958, foi a vez da cantora Elizete Cardoso gravar *Chega de saudade*. Seu disco *Canção do amor demais*, só com canções de Newton Mendonça e Tom Jobim, foi o incentivo que faltava à bossa nova. Se nas letras quem aparecia eram os já consagrados Tom Jobim e o poeta Vinícius de Moraes, no violão, estava João Gilberto e sua inovadora batida - pela primeira vez apresentada ao Brasil. O sucesso, porém, ainda não veio desta vez. Como o selo *A festa não era muito conhecido*, a divulgação de *Canção do amor demais* foi precária e o disco não alcançou o reconhecimento pretendido. Também sem sucesso, o grupo *Os Cariocas* gravou a canção *Chega de saudade*, com o próprio João Gilberto no violão. Apesar de já estar na boca dos mais novos músicos do Rio de Janeiro, João Gilberto entrou e saiu do estúdio sem ninguém reconhecê-lo. Nem crédito no disco ele recebeu.

Três meses depois foi a vez de João Gilberto, enfim, gravar ele próprio sua *Chega de saudade*. Com a ajuda de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, conseguiu um contrato com a Odeon para gravar seu primeiro 78 r.p.m., com *Chega de saudade* num lado e *Bim bom* no outro. Mas para conseguir entrar num estúdio pela porta da frente, teve que trabalhar muito. Passou por conjuntos como Garotos da Lua, foi *crooner* de grupos desconhecidos, cantou em bares e boates sem ganhar quase nada e até foi internado num hospício pelo pai - o motivo era a idéia fixa de encontrar uma nova batida com seu violão. Mas tanto esforço valeu a pena. No dia em que conseguiu pisar o estúdio da Odeon, entrou Joazinho e saiu João Gilberto.

No início, porém, poucos ouviram o 78 rotações. Quase ninguém comentou. O Brasil estava mais preocupado com a Copa do Mundo da Suécia e com o primeiro título. Ninguém sabia dizer se gostava e muito menos conseguiam definir. Alguns chamaram de samba moderno. Quando chegou em São Paulo, porém, *Chega de saudade* passou por um forte lobby da grava-

dora com a loja de discos *Assumpção*, a mais importante da capital paulista, e praticamente estourou. Somente de agosto a dezembro de 1958, o 78 r.p.m. vendeu 15 mil cópias. Um número muito elevado se comparado a Sylvinha Telles - com 10 mil cópias vendidas - e Lúcio Costa, com 5 mil. O principal mercado, como havia previsto a gravadora, foram os jovens. Não havia secundarista ou universitário que não tentasse reproduzir com suas próprias mãos a batida bossa nova do violão de João Gilberto. Até os modernos Tom Jobim e Edu Lobo, antigos ídolos da juventude, foram considerados ultrapassados. Nos poucos minutos deste 78 r.p.m., as principais características da bossa nova já foram traçadas.



Com seu inseparável violão e cercado de brotinhos na praia, João Gilberto. De pé, Newton Mendonça, com o violão, Carlinhos Lyra, e Nara Leão ao lado de Vinícius de Moraes em uma mesa de bar

Reconhecido no Brasil inteiro, o 78 r.p.m. de João Gilberto mobilizou vários músicos do país e acabou facilitando a gravação de seu primeiro LP também chamado *Chega de saudade*. O esforço, principalmente por parte de Tom Jobim, acabou trazendo resultados. Após mais de três meses de negociações, o diretor da Odeon, Aloysio de Oliveira, enfim deu carta branca para o baiano gravar. Das 12 faixas necessárias, já existiam quatro. Entre elas, *Desafinado*, música de Newton Mendonça e Tom Jobim, composta especialmente para o cantor Léo Gonçalves, o mais desafinado *crooner* de boates no Rio de Janeiro. Com o contrato firmado, João Gilberto tratou de procurar as outras músicas. E *Chega de saudade* chegou ao mercado com *Hô-ba-lá-lá*, *Bim-bom* e a própria *Chega de saudade*, de sua autoria; *Brigas, nunca mais*, de Tom e Vinícius; *Morena boca de ouro*, de Ary Barroso; *Lobo bobo* e *Saudade fez um samba*, de Bôscoli e Lyra; *Maria ninguém*, só de Lyra; *Rosa Morena*, de Caymmi; *E luxo só*, de Ary Barroso e Luís Peixoto e *Aos pés da cruz*, de Marino Pinto e Zé da Zilda. Prontamente rotulado como "música para jovens", o LP de estreia de João Gilberto consolidou o inovador modo de fazer música apresentado em seu 78 r.p.m. No texto da contracapa do disco, Tom Jobim foi curto e grosso. "Em pouquíssimo tempo, João Gilberto influenciou toda uma geração".

Para montar seu LP de estreia, João Gilberto contou com referências no mínimo ecléticas. Sua bagagem musical incluía Lúcio Alves, Dolores Duran, Luis Bonfá, Newton Mendonça, Tom Jobim, Tito Madi, música erudita, Dick Farney e Johnny Alf. Considerado o precursor daquele novo samba que surgia, o cantor Johnny Alf apresentava já no início dos anos 50 as melodias e harmonias rebuscadas e sofisticadas, características que definiriam a bossa nova mais tarde. Dick Farney, por sua vez, foi quem estabeleceu uma relação direta entre o jazz americano, sobretudo o *cool jazz*, e a música popular brasileira.

Apesar de não ter sido o precursor, *Chega de saudade* foi o primeiro LP a reunir os elementos que viriam a caracterizar o movimento. Criando um outro tipo de estética musical, a bossa nova dava um novo estilo à música brasileira através do leve ritmo quaternário (o normal era binário) com deslocamentos independentes, da economia de instrumentos, da presença do silêncio e dos vários saltos melódicos inesperados. Todas essas características faziam com que as músicas do movimento servissem à interpretação de um único cantor, dificultando a sua absorção pelas massas.

A ação dos cantores e as letras também eram inovadoras. Enquanto o modo de interpretar era intimista, as músicas apresentavam intenções

foi transferir o show para o anfiteatro da Faculdade Nacional de Arquitetura, na Praia Vermelha. Lá, mais de 2 mil pessoas se apertaram para ver e ouvir Sylvinha Telles, Alayde Costa, Ronaldo Bôscoli, Luís Carlos Vinhas, Roberto Menescal, Nara Leão, os irmãos Castro Neves e, claro, Norma Bengell. E se ainda não bastasse, tinha Tom Jobim fazendo comentários na fila do gargarejo. Além de colaborar para o primeiro disco da turma, o show socializou o nome bossa nova, entrando de vez a expressão "samba moderno".

No meio jovem, a aceitação do novo ritmo era cada vez maior. Apesar das dívidas - É samba? Não é samba? Que ritmo é esse? - o movimento acabou percorrendo o Brasil inteiro. Os vários convites surgidos levaram a bossa nova à imprensa, às universidades, aos estádios, aos festivais e às rádios. Apesar do sucesso, muitos desentendimentos aconteceram nesta fase. Carlinhos Lyra deixou o movimento, rompeu com Ronaldo Bôscoli e criou um novo tipo de ritmo, chamado por ele de *sambalango*. Recuperado da ruptura, Bôscoli aproximou-se de Menescal, agora também compositor, e seguiu seu caminho fazendo cada vez mais shows pelo Brasil. Foi quando um caso amoroso dividiu ainda mais a turma. Mesmo noivo de Nara Leão, Bôscoli teve um caso com a cantora Maysa e a introduziu no universo das canções bossa nova. Sentindo-se traída, Nara não só terminou o noivado como reaproximou-se de Carlinhos Lyra. A partir daí, interessou-se por um novo tipo de música e aproveitou cada entrevista para falar mal da bossa nova.

João Gilberto parecia seguir no mesmo ritmo. Após o sucesso do seu segundo disco, *O Amor, o sorriso e a flor*, o baiano gravou seu terceiro e último LP chamado apenas de *João Gilberto*. Mesmo mostrando o repertório mais bossa nova do Brasil, o disco foi um fracasso de vendas - se comparado aos outros dois. Entretanto o lançamento da música *Garota de Ipanema*, em 1962, fez a bossa nova recuperar o fôlego e alcançar proporções mundiais nunca imaginadas. A música de Tom e Vinícius inspirada em Heloisa Encida Menezes Paes Pinto, a Helô, estourou nas paradas musicais e foi interpretada até mesmo por Frank Sinatra. Ainda hoje é uma das canções mais tocadas nas rádios americanas e recordista mundial em versões, depois dos Beatles.

Logo as assimetrias rítmicas da bossa nova passaram a ser melhor assimiladas pelos brasileiros. E seus ecos acabaram chegando aos ouvidos do mundo inteiro. Em 1962, após a morte de Dolores Duran e Newton Mendonça, e a importante adesão de Elis Regina, a batida da bossa nova virou produto de exportação e chegou aos Estados Unidos. Em Nova Iorque, no Carnegie Hall, aconteceu o *1º Festival de Bossa Nova*, popularizando o novo ritmo e influenciando toda uma geração de músicos e até de cantores do jazz americano. O sucesso do concerto e os aplausos no meio das músicas deram segurança para que muitos cantores fizessem por lá. João Gilberto arrumou suas malas e só voltou em 1969. Neste meio tempo, Sylvinha Telles morreu num acidente de automóvel, Elis estourou com o show e o programa *O Fim da Bossa*, Tom gravou com o internacionalmente reconhecido Frank Sinatra e a bossa nova mudava de endereço, construindo seu novo rumo reduzido nas ruas de São Paulo.

Polêmica - Apesar do sucesso, muitos críticos musicais foram contra o movimento. O mais importante deles foi José Ramos Tinhorão, estudioso da música popular brasileira com mais de dez livros publicados. Para ele, a bossa nova foi a ascensão musical de jovens completamente desligados da tradição musical popular da cidade. Influenciados pelas músicas estrangeiras, os meninos da bossa nova estariam apenas internacionalizando o música do país e importando um outro tipo de produto estrangeiro - o jazz. O jornalista e escritor Ruy Castro, em seu livro *Chega de saudade - A história e as histórias da Bossa Nova*, discorda. Para ele, o movimento foi feito por meninos que estudavam muito sobre a música mundial. A técnica erudita e o jazz foram os estilos mais aprofundados. Tinhorão ainda afirma que a bossa nova rompeu definitivamente com a única coisa que restava de original no samba popular: o ritmo. Substituindo a intuição rítmica e o improviso por um esquema cerebral, os meninos da bossa nova "mostraram-se incapazes de sentir na pele o impulso musical dos negros". Para Tinhorão, a experiência da bossa nova foi um exemplo, embora não conscientemente desejado, de alienação das elites brasileiras, atraídas pelo rápido progresso.

O crítico explica: quando os jovens da zona sul do Rio de Janeiro cansaram da importação da música norte-americana, resolveram montar no Brasil um outro tipo de samba, com elementos da música clássica e do jazz - que não passava de uma imitação das *jazz-bands*. Para Tinhorão, a bossa nova foi feita para turistas e para um público brasileiro conhecido como *café-society*, que pedia uma música mais próxima do gosto internacional. Portanto, era um tipo de música que de popular não tinha nada. Em entrevista publicada no livro *Música Popular Brasileira*, de José Eduardo Homem de Mello, a cantora Elis Regina retrucou dizendo que eles faziam estilos adotados pelos brasileiros e não para estrangeiros. O compositor, intérprete e cineasta, Sérgio Ricardo, fecha com a opinião de Tinhorão dizendo que a bossa nova não passava de um sambinha. Tinha uma literatura mais apurada, uma voz mais afinada, mas não tinha quase nenhuma emoção. Para ele, "o verdadeiro samba está na favela".

Apesar de seus discos continuarem em catálogo nos EUA e no Japão, a obra do compositor catarinense Luiz Henrique Rosa permanece ignorada no Brasil. Por enquanto: um livro biográfico que promete resgatar e colocar Luiz Henrique no seu merecido patamar está em fase de pré-produção. A iniciativa é de Emerson Gasperin (editor da Gazeta Mercantil), Zé Dasselva (chargista do Diário Catarinense e autor de dois livros) e Jorge Gomez (músico), todos ex-alunos do Curso de Jornalismo da UFSC. Luiz Henrique nasceu em Tubarão, no sul do estado, em 25 de novembro de 1938, dia de Santa Catarina. Ainda adolescente, veio com a família para a capital. Começou a se destacar nas rádios da cidade, tocando ao vivo em seu próprio programa, durante os anos 50. Era a época de ouro do rádio. Luiz Henrique cantava em português, em inglês e sonhava com voos mais altos.

O compositor catarinense chegou no Rio de Janeiro em 1960 e, junto de seu violão, participou da bossa nova. Fez amizade e inúmeros trabalhos com gente como Tom Jobim, Edu Lobo, Hermeto Paschoal, Nara Leão, Walter Wanderley, Sivuca, Jorge Ben, Respeitado e influente, apresentou Elis Regina para os diretores da gravadora Philips, possibilitando à cantora gravar seu primeiro disco.

Em 1965, Luiz Henrique trocou o Rio de Janeiro por Nova York. Escolheu oportuna: a bossa nova era um ritmo recém-descoberto pelos americanos e estava em alta após o prêmio *Grammy* conquistado por João Gilberto e Stan Getz no ano anterior. Permaneceu nos Estados Unidos de 1965 a 1971 e gravou sete discos, convivendo com artistas como o próprio Stan Getz, Sammy Davis Jr. e Liza Minelli. De volta a Florianópolis, Luiz Henrique era mais do que um compositor de bossa nova: era um artista completo. Em suas quase 200 composições, o músico incursionava pelo chorinho, samba, capoeira. O retorno à Ilha de Santa Catarina, provocado pela saudade, também rendeu belas canções de amor à Florianópolis.

Luiz Henrique identificou-se com hábitos típicos do *manezinho da ilha*, o tipo regional característico da capital catarinense. Na época da repressão militar, editou o tablóide *Galeria da Ilha*. Em 1979, trouxe a amiga Liza Minelli para conhecer o Carnaval da cidade. E quando morreu, em um acidente de carro em 1985, Luiz Henrique era uma das figuras mais folclóricas e carismáticas da cidade.

Livro vai resgatar a carreira de catarinense mestre do estilo

Apesar de seus discos continuarem em catálogo nos EUA e no Japão, a obra do compositor catarinense Luiz Henrique Rosa permanece ignorada no Brasil. Por enquanto: um livro biográfico que promete resgatar e colocar Luiz Henrique no seu merecido patamar está em fase de pré-produção. A iniciativa é de Emerson Gasperin (editor da Gazeta Mercantil), Zé Dasselva (chargista do Diário Catarinense e autor de dois livros) e Jorge Gomez (músico), todos ex-alunos do Curso de Jornalismo da UFSC. Luiz Henrique nasceu em Tubarão, no sul do estado, em 25 de novembro de 1938, dia de Santa Catarina. Ainda adolescente, veio com a família para a capital. Começou a se destacar nas rádios da cidade, tocando ao vivo em seu próprio programa, durante os anos 50. Era a época de ouro do rádio. Luiz Henrique cantava em português, em inglês e sonhava com voos mais altos.

O compositor catarinense chegou no Rio de Janeiro em 1960 e, junto de seu violão, participou da bossa nova. Fez amizade e inúmeros trabalhos com gente como Tom Jobim, Edu Lobo, Hermeto Paschoal, Nara Leão, Walter Wanderley, Sivuca, Jorge Ben, Respeitado e influente, apresentou Elis Regina para os diretores da gravadora Philips, possibilitando à cantora gravar seu primeiro disco.

Em 1965, Luiz Henrique trocou o Rio de Janeiro por Nova York. Escolheu oportuna: a bossa nova era um ritmo recém-descoberto pelos americanos e estava em alta após o prêmio *Grammy* conquistado por João Gilberto e Stan Getz no ano anterior. Permaneceu nos Estados Unidos de 1965 a 1971 e gravou sete discos, convivendo com artistas como o próprio Stan Getz, Sammy Davis Jr. e Liza Minelli.

De volta a Florianópolis, Luiz Henrique era mais do que um compositor de bossa nova: era um artista completo. Em suas quase 200 composições, o músico incursionava pelo chorinho, samba, capoeira. O retorno à Ilha de Santa Catarina, provocado pela saudade, também rendeu belas canções de amor à Florianópolis.

Luiz Henrique identificou-se com hábitos típicos do *manezinho da ilha*, o tipo regional característico da capital catarinense. Na época da repressão militar, editou o tablóide *Galeria da Ilha*. Em 1979, trouxe a amiga Liza Minelli para conhecer o Carnaval da cidade. E quando morreu, em um acidente de carro em 1985, Luiz Henrique era uma das figuras mais folclóricas e carismáticas da cidade.

Livros resgatam movimento

Para saber mais sobre o movimento bossa nova, existe alguma bibliografia a disposição. Dos vários livros publicados, estes são os mais completos.

■ *Chega de Saudade* - A História e as Histórias da bossa nova. Editora: Companhia das Letras. Escrito pelo jornalista e escritor Ruy Castro, é o livro mais completo sobre a bossa nova. Desprezando tanto a vida pública e os bastidores do movimento, o livro ainda conta a vida de João Gilberto desde o seu nascimento.

■ *Música Popular Brasileira*, de José Eduardo Homem de Mello, editora da Universidade de São Paulo. Aqui, a história da bossa nova é "cantada e contada" pelos próprios integrantes, além de outros cantores como Caetano Veloso e Gilberto Gil. Apesar de ser centrado na bossa nova, o livro ainda passa pelo Tropicalismo e as canções de protesto dos anos 60.

■ *Balanço da Bossa e outras bossas*, de Augusto dos Campos, editora Perspectiva, série Debates. O livro reúne diversos artigos sobre a música popular brasileira, em especial a bossa nova. Por serem acadêmicos, os artigos prendem-se mais a questões técnicas do movimento, como ritmo, harmonia e profundas análises sobre o violão de João Gilberto.

■ *História social da Música Popular Brasileira e Pequena História da Música Popular* - Da modinha ao Tropicalismo, anos de José Ramos Tinhorão, editora Caminho da Música. No primeiro livro, o mais controverso estudioso da música brasileira crítica os mais diversos estilos adotados pela MPB. É um bom livro para quem quer conhecer uma outra opinião sobre o tema. No segundo, traça um breve resumo desses estilos.

Textos: Jade Martins

Prefeita elege mega elefante branco



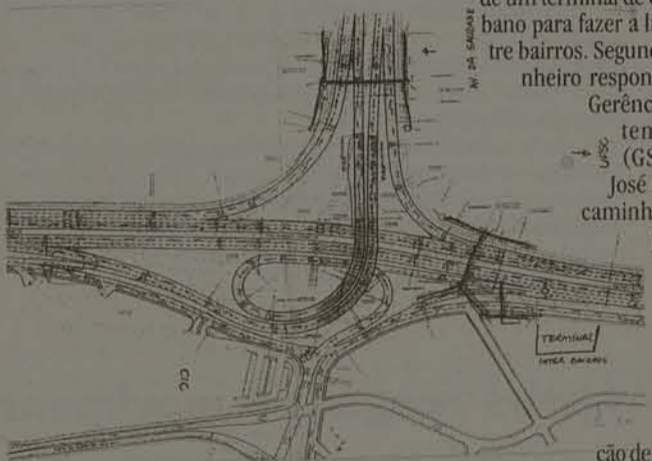
Projeto da UFSC levou prêmio como um dos melhores em arquitetura do país

Obra atropela quinto melhor projeto de arquitetura do país

A Secretaria de obras da Prefeitura Municipal de Florianópolis iniciou a construção do Elevado do CIC há sete meses. Quem passa no local já percebe a diferença. Uma nova estrutura urbana está sendo montada com a intenção de facilitar o fluxo dos carros que circulam pela capital.

A obra foi projetada por três empresas particulares de engenharia, a Prosul, a Engevix e a APPE. O orçamento é de R\$ 9.670.87,00, incluindo o viaduto e as vias de acesso (avaliados em R\$ 7.221.024,50) e o alargamento das pontes da avenida da Saudade (R\$ 2.449.862,60), que dá acesso às praias do norte e leste de Florianópolis. Também faz parte do projeto a construção

de um terminal de ônibus urbano para fazer a ligação entre bairros. Segundo o engenheiro responsável pela Gerência do Sistema Viário (GSV), Lirio José Lignane, o caminho que vai para as praias foi interrompido logo após o carnaval para a colocação de semáforos provisórios e dos pilares do viaduto da direita. Nesta primeira fase da obra 20 casas devem ser desapropriadas



Assim será o trevo do CIC com o elevado

provisórios e dos pilares do viaduto da direita.

Nesta primeira fase da obra 20 casas devem ser desapropriadas

para a construção das vias de acesso que fazem a ligação do elevado ao bairro da Trindade. O presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), Carlos Alberto Riederer, afirmou que já estão em negociações com a prefeitura a Casa do Encanador, que terá sua fachada toda mudada, e as Casas da Água, que ocupará a área onde está o Banco Bamerindus - pertencente à prefeitura. As desapropriações devem come-

çar a partir do mês de março. As indenizações serão parciais se parte do terreno for preservada, ou totais caso a área fique menor que 360 metros quadrados.

Antes do início das obras, um estudo sobre o impacto ambiental no mangue causado pelo aterro foi feito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foram removidos caranguejos e vegetações para outras áreas de preservação. O departamento de biologia da UFSC acompanha de perto o andamento das obras para que não aconteça nenhuma perda da biodiversidade que o mangue abriga.

O elevado do CIC foi uma das propostas mais comentadas e mais prometidas da então candidata à prefeitura Angela Amin. Hoje eleita, a conclusão do projeto virou, como já era de se esperar, questão de honra para a prefeita, que

não mede esforços - nem gastos - para tirá-lo do papel. Mas de acordo com a avaliação de alguns especialistas em arquitetura e tráfego urbano, o projeto "abre alas" da prefeitura não deve gerar grandes expectativas na população da capital. Nem a curto, e muito menos a longo prazo. Essa é a opinião, por exemplo, da professora do Curso de Arquitetura e urbanismo da UFSC, Margareth Pimenta. Para ela, o projeto é uma agressão total à paisagem, e a sua construção sacrifica o patrimônio cultural e natural da cidade.

Outro professor de arquitetura da UFSC, Francisco Antônio Carneiro Ferreira, acredita que é preciso fazer um estudo sobre o impacto causado na paisagem, o que não foi feito no projeto

aprovado. Francisco Ferreira também alerta que a melhor solução para resolver os problemas de tráfego em Florianópolis é tentar afastar os carros do centro da cidade. Assim a paisagem é preservada e é estimulado o uso do ônibus urbano. Ele avisa que o elevado levará mais carros ao centro, que já não suporta o volume atual de automóveis que circulam na ilha.

O *Opera Prima*, concurso nacional de arquitetura e urbanismo, escolheu em 1996 o projeto do arquiteto Paulo Roberto do Nascimento como um dos cinco melhores trabalhos de arquitetura e urbanismo do país. Ele previa a construção de um terminal de ônibus urbano inter bairros na rótula do CIC, onde hoje será construído o elevado.



Fotos: Wagner Maia/Zero

Engarrafamentos diários que a "grande imprensa" não vê

Apresentado aos diretores do IPUF, o projeto foi rejeitado. Segundo o arquiteto o atual projeto é uma "contra maneira de encarar o problema". O sistema viário é funcional, mas em compensação na área ambiental, de transportes e de tráfego fica muito defasada.

Paulo Nascimento considera que esse é um trabalho feito sem a preocupação com o futuro e em menos de 15 anos o projeto já estará defasado. "A intenção de fazer com que as pessoas deixem seus carros e passem a andar de ônibus não dará certo, pois o terminal que será construído não é confortável e se tornará um empecilho. Nem teoricamente o projeto se sustenta", desabafa.

Camila Gallo



Impacto ambiental do elevado não foi avaliado pelo projeto

Código penal deve ser reformulado após 60 anos

Ministro quer prisão para os jornalistas sem punir as empresas

O Ministro da Justiça, Renan Calheiros, resolveu criar uma comissão especial para sugerir mudanças que inovem e modernizem a quase sexagenária cartilha de leis nacionais. Às vésperas de completar 60 anos, o Código Penal brasileiro continua regendo o nosso país de acordo com leis formuladas em 1940, ano em que entrou em vigor. Entre as primeiras sugestões, estão a desqualificação do adultério e da bigamia como atos criminosos, a redução da pena por eutanásia e a regulamentação do crime de assédio sexual. Entre todas as modificações, a que gera maior alvoroço, principalmente por parte da imprensa, é o artigo que inclui prisão para jornalistas.

De acordo com este projeto de lei, será punido com pena de detenção o jornalista que divulgar qualquer notícia que contribua para influenciar ou induzir juízes, testemunhas e jurados, isentando a empresa de qualquer punição. A proposta ainda não foi sequer aprovada,

mas a discussão já começou. Em declaração dada ao jornal *O Globo*, a presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Beth Costa, disse que "os limites no exercício do jornalismo devem ser estabelecidos na Lei de Imprensa, e não no Código Penal".

No mesmo jornal, o advogado e professor de direito penal, Ney Moura Teles, um dos integrantes da comissão, defendeu o projeto de lei dizendo que o objetivo dos juristas foi assegurar aos réus um julgamento imparcial e isento, livre de pressões da imprensa. Moura Teles lembrou um caso em que, segundo ele, o noticiário jornalístico teve o objetivo de pressionar juízes e testemunhas: o assassinato do índio pataxó, por rapazes de classe média de Brasília. Seria o caso de se perguntar como e quantos iriam ser presos se na época já vigorasse este projeto, já que aquele crime hediondo teve, por parte da mídia, uma ampla cobertura nacional. Mais um problema para o já

superpopuloso sistema carcerário brasileiro.

Segundo o advogado, esse tipo de punição já existe no Código Penal francês, justamente de onde foi retirado o modelo para o projeto brasileiro. A versão brasileira do artigo pune o jornalista infrator com três meses a um ano de detenção, mas o seu texto ainda pode sofrer alterações, já que a comissão está tentando estabelecer um critério de proporcionalidade para as penas, de acordo com a gravidade dos crimes. O problema não é só evitar influências sobre juízes e jurados, mas também a rejeição social causada por uma decisão tomada em juízo.

Bigamia permitida: Além disso, outras sugestões foram apresentadas, como a inclusão de um artigo contra os *paparazzi*. Aquele que violar a intimidade alheia através de imagem, texto ou palavra, sofrerá pena de um a três meses. Outras sugestões foram apresenta-

das, e devem, assim que ganharem notoriedade, também criar polêmica, principalmente entre a população em geral. A pena da eutanásia, por exemplo, seria reduzida de seis a vinte anos, para dois a cinco anos.

Pelo novo projeto, exigir favores sexuais para criar ou preservar direitos, aproveitando-se de uma situação de superioridade, passaria a constar no Código como crime de assédio sexual. O infrator seria detido de três meses a um ano. Há ainda um artigo que prevê a desconsideração da bigamia e do adultério como atos criminosos, que deve escandalizar uns e agradar outros. Outra proposta polêmica é a de se punir o responsável pela transmissão do HIV em uma relação sexual. Polêmica e perigosa, já que responsabiliza apenas uma pessoa, em uma situação em que ambos estão conscientes do risco que correm.

Gustavo Schwabe

Vereadores capachos criam outra *Novembrada*

Câmara fecha as portas para votar e solta a polícia em cima de manifestantes

A lei sobre transporte coletivo proposta pelo Executivo tem artigos polêmicos e até inconstitucionais. Por exemplo: o artigo 83 favorece ilegalmente as atuais operadoras de transporte coletivo, ao conceder o direito de operação por mais dez anos, com possibilidade de prorrogação - "As concessões e permissões que estiverem com o prazo vencido, e aquelas que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força da legislação anterior, serão mantidas pelo prazo de dez anos". A Constituição Federal exige licitação para a concessão ou permissão de serviços públicos.

Por causa desse e de outros artigos, dezenas de manifestantes - estudantes, sindicalistas, líderes políticos e trabalhadores - estiveram no dia 22 de fevereiro para protestar contra a votação do projeto. A presença da prefeita de Florianópolis, Angela Amin, autora do projeto, e o impasse na formação das comissões cancelaram a sessão. O vereador petista Lázaro Bregue estava sendo impedido de entrar nas comissões de Orçamento, de Viação e de Meio Ambiente. No dia seguinte havia mais manifestantes. O presidente da Câmara, Paulo Avila da Silva, interrompeu a sessão diversas vezes por causa dos protestos. As pessoas presentes não agüentavam mais tanta espera, não entendiam o motivo da demora para começar a votação. A leitura do projeto de lei, feita pelo secretário da Câmara, foi feita em voz baixa, irritando quem acompanhava a sessão. Como eles pediam que a leitura fosse feita em voz alta, o presidente da casa interrompeu mais uma vez a sessão e mandou policiais militares entrarem.

Dezenas de policiais da Tropa de Choque entraram na Casa, um deles filmava as pessoas presentes. Foi quando a confusão começou. Os manifestantes tentavam impedir a



Campo de batalha: manifestantes e vereadores de oposição foram agredidos com cacetete, extintor de incêndio e bomba de gás

gravação. O auditório da Câmara virou um palco de guerra. Os vereadores da Frente Popular (PT e PCdoB) tentaram impedir a agressão. Não adiantou, eles também foram agredidos e até impossibilitados de circular dentro da Casa. Enquanto isso, os vereadores protegidos por uma parede de vidro apenas assistiam à cena sem interferir. A coordenadora do Centro de Direitos Humanos, Vera Maria de Mendonça, que pretendia dialogar com os vereadores, foi espancada pelos policiais. As pessoas gritavam: "Ditadura militar voltou", "Nova Novembrada em Florianópolis". Para dispersar, os policiais atacaram os manifestantes com um extintor de incêndio.

Por causa das agressões físicas os vereadores da Frente Popular decidiram se ausentar da sessão. Com a palavra Lázaro Bregue: "Ainda não passei por um constrangimento tão grande. Fomos impedidos de transitar. Fomos agredidos fisicamente. Me sinto emocionalmente sem condições de continuar. Depois de tanta agressão, tenho que sofrer o mesmo que no tempo de ditadura, com até fita gravada pela polícia. Faço apelo ao líder que a gente se retire". Assim acabou a primeira parte da votação. Com os vereadores da oposição ausentes, o projeto de lei foi aceito por unanimidade. No final da noite, os vereadores e algumas pessoas agredidas foram à 1ª Delegacia de Polícia de

Florianópolis registrar queixa.

No dia seguinte, 23 de fevereiro, a situação estava bem pior. O presidente da Câmara simplesmente proibiu a entrada da população na Casa. Há duas palavras que resumem o fato: arbitrariedade e inconstitucionalidade. Em seguida houve um festival de violência e opressão. A polícia militar proibiu a entrada dos manifestantes enquanto a população exigia seus direitos e tentava se defender das agressões. Cerca de 500 pessoas foram atingidas por bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo. E novamente, em definitivo, o projeto de lei foi aprovado por unanimidade.

Alexandre Brandão

Angela não respeita a Constituição

Um novo projeto de lei proposto pela prefeita Angela Amin à Câmara Municipal de Florianópolis, exclui parte da população do direito de utilizar o serviço público de transporte da capital. O projeto proibirá de circular nos ônibus as pessoas que estiverem drogadas, bêbadas, ou forem portadoras de doenças contagiosas, causando indignação aqueles que lutam pela preservação dos direitos humanos. Além de seu caráter puramente discriminatório, a lei também atinge - e desagrada - os motoristas, ao responsabilizá-los pela identificação de quais usuários poderão ou não subir nos ônibus.

Para a professora de Ética e Filosofia da UFSC, Sônia Felipe, esse artigo viola claramente direitos humanos e constitucionais fundamentais, como os de ir e vir, e o de não ser discriminado. Com uma opinião semelhante, a coordenadora do Centro de Direitos Humanos da Grande Florianópolis, Vera Maria de Mendonça Barros, vai mais além. "Se nem os médicos conseguem diagnosticar sintomas a olho nu, imagine os motoristas", compara ela. E eles parecem estar de acordo com a coordenadora, já que o próprio presidente do Sindicato dos Motoristas, Leonir Miguel Scheffer, confirmou que pretende pressionar os vereadores da capital para que votem contra a proposta do Executivo.

A professora Sônia, que também trabalha como voluntária no Centro de Direitos Humanos, lembra ainda que este projeto vai contra o próprio governo, que vem investindo cada vez mais em campanhas que conscientizem as pessoas a não dirigirem enquanto bêbadas. A lei punirá exatamente estas pessoas que venham a obedecer os apelos governistas. "Lugar de bêbado, nessa cultura que incentiva o uso de bebidas alcóolicas é nos ônibus, desde que não cause transtornos e danos a terceiros", diz a professora.

Gustavo Schwabe

Reportagem: Alexandre Brandão

Imprensa não cumpre compromisso com leitor

Florianópolis é uma das poucas capitais brasileiras a merecer o adjetivo de tranquila. Por isso mesmo, em casos de quebra dessa condição de tranquilidade espera-se uma cobertura à altura por parte da imprensa local. Ainda mais quando a situação pode ser prevista com alguma antecedência, dando margem a uma preparação dos repórteres e pauteiros. É o caso da manifestação feita no dia 24 de fevereiro contra o projeto de lei votado (e aprovado) pela Câmara dos Vereadores, que renovava a concessão das empresas de transporte coletivo por dez anos, prorrogáveis por outros dez. Além de dispensar licitações, o projeto foi estranhamente encaminhado para votação no dia anterior com o estranho pedido de urgência.

Era mais que óbvio que tal medida controversa atrairia o descontentamento de estudantes, líderes políticos de oposição e sindicalistas. Portanto não foi surpresa quando apareceram 150 manifestantes no local, mas algo de surpreendente foi a repressão - a atitude inconstitucional de se proibir a entrada dos manifestantes na Câmara e as, pelo menos, quatro bombas lançadas pela polícia nas pessoas. Outras medidas da

PM foram dois disparos de revólver e golpes de cacetete. Saldo final: oito pessoas feridas, contando com um vereador e um fotógrafo do jornal *O Estado*.

Talvez por essa baixa de guerra em sua equipe, a melhor cobertura feita pelos jornais catarinenses no dia posterior foi exatamente a do *O Estado*. Com chamada de primeira página e fotos tratando do assunto, a matéria ocupou metade da página inicial do segundo caderno. Foi o único jornal a acertar o número exato de feridos (foram contados sete pelo *AN Capital* e seis pelo *Diário Catarinense*, ao invés de oito) e o que deu maior espaço para que os manifestantes dessem sua opinião. O motivo do protesto, apesar de não constar no lead mas sim no 11º parágrafo, estava citado na matéria, o que não aconteceu em outro jornal, o *AN Capital*.

A pior cobertura, por sinal, veio exatamente desse suplemento local do joinvillense *A Notícia*. Apesar de trazer a melhor apresentação de primeira página, com uma foto de impacto do vereador Márcio de Souza (PT) ferido no conflito, e uma manchete acertada - "Polícia reprime manifestantes" - o conteúdo deixou muito a desejar. O título

da matéria, na página 2, deu o tom do que estava escrito: "Sob protestos, projeto de transporte é aprovado". Quem estava sem informações a respeito do tal projeto, continuou sem explicações sobre o assunto. O espaço dado às fontes também foi revelador: três pessoas entrevistadas; o comandante da ação da PM, o presidente da Câmara e no último parágrafo, a vereadora de oposição Lia-Carmen Kleine (PCdoB). Isso contribuiu para que a repressão fosse classificada de "pacífica e ordeira" e os manifestantes chamados de "claque de baderneiros".

Na linha média dos diários que circulam em Florianópolis esteve o desempenho do *Diário Catarinense*. Com a primeira página mais fraca dos três jornais, sem fotos da manifestação, e uma matéria reclusa na página 29, o assunto mereceu pouco destaque até mesmo quando se leva em conta o estilo econômico da publicação: apenas cinco parágrafos e fotos fracas. Pelo menos, foi o único a tratar da motivação do protesto no parágrafo inicial, apesar da apuração mais imprecisa do número de feridos. Também trouxe uma declaração que dá a

importância do ato: "É a primeira vez na história que há uma intervenção militar no legislativo municipal, impedindo a população de assistir a uma sessão pública". Em tempo, o autor dessas palavras foi o secretário-geral da CUT, Clemente Mannes.

Versões à parte, o fato é que, a portas fechadas, de maneira inconstitucional e em meio a uma repressão policial que não era vista por esses lados há tempos, um projeto de lei no mínimo polêmico foi aprovado com estranhas exigências (a dispensa da licitação e o tal pedido de urgência). Uma última informação pode ser importante para se julgar a cobertura dada ao caso: tanto a prefeita de Florianópolis, Angela Amin, quanto o governador do estado, Esperidião Amin, têm ligações com uma das empresas beneficiadas com o projeto já aprovado. A Transol dispõe da principal linha que une o Centro da capital com a maior universidade do estado, a UFSC. Motivo para que, num mundo ideal, o rigor da imprensa se fizesse mais presente. No mundo real, a cobertura foi feita da maneira que saiu.

Romeu Martins

TV não pode mostrar a própria história

Arquivos estão sendo perdidos por descaso ou falta de dinheiro

A televisão brasileira perdeu, nos últimos 49 anos, uma boa parte de sua memória. Por causa de incêndios, descuido ou falta de recursos, imagens históricas desapareceram. Só a partir da década de 80 que as emissoras de TV começaram a se preocupar com a preservação de seus arquivos. Para se ter uma ideia do estrago, dos mais de 1.815 programas apresentados por Chacrinha só sobraram seis, sendo cinco programas de sua fase na Globo, um da Bandeirantes e 120 minutos da Tupi. Outros exemplos são da novela da Tupi *Beto Rockfeller*, de 1968, da qual só restam seis capítulos e dos programas humorísticos *A Família Trapo* (Record, 1966/71) e *Chico City* (Globo 1973/79) com três programas cada. Além disso, não há nenhum exemplar dos programas musicais da década de 60 como *O Fino da Bossa*, de Elis Regina, ou do *Jovem Guarda*, comandado por Roberto Carlos.

Até os anos 80 a Globo arquivava apenas seis capítulos de cada novela. Eram preservados os dois primeiros capítulos, os dois últimos e dois intermediários. Da década de 70 só existem 12 novelas completamente preservadas. A emissora só teria começado a arquivar suas telenovelas a partir de 1980 quando passou a exportar sua produção para o exterior. Além disso, o acervo da Globo sofreu com os três incêndios das sedes da emissora (69, 71 e 76) nos quais foram perdidas mais de 900 fitas. Há três anos a Rede Globo iniciou um processo de recuperação de seu arquivo, entre as fitas foi encontrado um compacto das versões originais de *Selva de Pedra* de 1972 e *Irmãos Coragem* de 1970.

As imagens de 30 anos da TV Tupi estão reduzidas a um acervo de 3850 fitas, metade delas com novelas feitas entre 1968 e 1980 e a outra metade com reportagens, todas feitas de 1963 a 1979 em 150 mil rolos de filme de 16mm, cada um com duração de um minuto. Os filmes guardam imagens históricas do governo de Jânio Quadros e do período da ditadura. Esse número reduzido de imagens deve-se, em grande parte, pelo descaso de seus proprietários. Depois da falência da emissora em 1980, o seu arquivo foi abandonado em um armazém em

Cotia, Grande São Paulo. Uma parte das fitas apodreceram e só em 1985 foram repassadas à Cinemateca de São Paulo. Através de uma parceria com a TV Cultura, a cinemateca passou o acervo para vídeo, mas o estrago já estava feito - mais de 1,2 mil fitas foram perdidas.

Outra explicação para a falta de imagens do início da televisão no Brasil era a falta de recursos: "Para fazer um programa ou novela era preciso apagar as fitas da semana anterior", explica o ex-diretor da Tupi Luiz Galon em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*. Esse era o procedimento das também extintas Excelsior, TV Paulista, Continental e TV Rio,



A garota propaganda Neide Aparecida

das quais nem existe acervo. Até 1962 as emissoras brasileiras só trabalhavam com programas ao vivo. O que foi produzido antes ficou guardado em arquivos de jornais ou em fotos. Com o lançamento do videotape é que se tornou possível o armazenamento dos programas. Mas a mudança do pensamento das TVs demorou para acontecer. "Mesmo com o tape, manteve-se a cultura do ao vivo: as fitas não foram vistas como meio de preservação, mas uma forma prática de fazer os programas" lembra Jô Soares, que participou do humorístico *A Família Trapo*. A Bandeirantes é a rede brasileira que preservou melhor o seu acervo mas, mesmo assim, perdeu muita coisa como, por exem-

plo, uma entrevista exclusiva de Luis Carlos Prestes durante seu exílio na Europa. "Encontraram a fita oxidada, porque foi arquivada inadequadamente" explica a coordenadora do banco de dados da emissora, Maria Leonor Saad. A Record, por sua vez, criou um setor para arquivo de imagens em 1985, mas só parou de desgravar seus programas em 1997. Grande parte das imagens da emissora se perdeu por falta de cuidados e em três incêndios. E mesmo o SBT, uma emissora nova, sofre com a falta de preservação. Há apenas 4 mil fitas com pequenos trechos do que foi produzido na emissora entre sua inauguração em 1981 e 1990.

Valorização - Atualmente as emissoras estão mais preocupadas com seus acervos. A Globo e a Bandeirantes mantêm arquivos climatizados e informatizados. A Record está investindo na ampliação do setor de arquivos e o SBT está investindo em um memorial para contar a sua história. Essa mudança de atitude tem um motivo bastante simples: a valorização do mercado de imagens de arqui-

conteúdo de 19 mil fitas de duas polegadas, faltam cerca de duas mil fitas para a conclusão dos trabalhos. Nesse projeto foi recuperado, por exemplo, o programa *TV Ano 25* de 1975 que contém uma série de imagens históricas. A Band mantém hoje um arquivo com 80 mil horas de imagens. "Ainda não dá para manter tudo, mas, quando temos que desgravar alguma coisa, usamos um critério mais seletivo" afirma Milton Trindade, um dos responsáveis pelo arquivo. O SBT pretende transformar a entrada dos seus estúdios em um memorial com mais de mil fotos, telão com vídeo, além dos troféus da carreira de Sílvio Santos. Há quatro meses a emissora passou a informatizar o catálogo de seu acervo de 20 mil fitas. A TV Cultura é a única emissora a preservar imagens desde a criação há 30 anos. Seu acervo é formado por 70 mil filmes de 17 mm com programas feitos até 1980 e 60 mil fitas de vídeo com o que foi produzido desde então. A situação mais delicada é a da Cinemateca de São Paulo que sofre com a dificuldade dos recursos públicos.

Em Florianópolis, a situação dos bancos de imagens não é muito diferente. A RBS desde 1983 arquivava as imagens escolhidas pelo editor-chefe do telejornal. O critério é priorizar os acontecimentos mais importantes. Mas só a partir de 92 que esse trabalho passou a ser diário. Já programas especiais da emissora, como o *Estádio SC*, são todos arquivados. Agora a RBS está começando um projeto para tentar recuperar imagens antigas. Na TV Barriga Verde as matérias mais importantes são arquivadas temporariamente no computador e depois são passadas para fita. Esse procedimento é feito com todos os programas da emissora desde 1985. Já na TV O

Estado só fatos marcantes foram arquivados. Porém a emissora iniciou no começo desse ano um trabalho de seleção das matérias que passarão a ser arquivadas no computador.

Natália Viana



A miss Brasil Adalgisa Colombo

vo. As emissoras cobram US\$400 por segundo de produtoras de filmes e documentários e também existe a possibilidade de exportação, ou de reexibição de programas. Tendo isso em vista, a Globo em 1995 criou o *Projeto Quadruplex* para passar para o sistema atual o



Editora busca recursos para continuar a divulgar os autores locais

Você já imaginou ter em casa um livro raro de poesias do início do século, editado com qualidade e preço acessível, cujo autor escrevia por amor à poesia e para quem o ato de escrever era mais importante que o reconhecimento público? Pois este livro existe e é acessível tanto a quem mora em Porto Alegre quanto em Macapá. *História do Gosto e Outros Poemas* (238 p., R\$ 17,00) de Ernani Rosa, foi relançado no final de 1998 e faz parte da coleção *Memória Literária de Santa Catarina* da Editora da UFSC, dedicada ao resgate de autores catarinenses. Ernani Rosa (1886-1956) foi um desconhecido poeta simbolista, contemporâneo de Cruz e Souza, pobre, boêmio, gago, homossexual e provavelmente apreciador do ópio.

Além de *Memória...*, há a coleção *Paideuma* (obras traduzidas), *Ipsis Litteris* (autores catarinenses de prosa, poesia, ficção, conto e romance contemporâneos) e *Cadernos de Cultura Popular*, que documentam aspectos culturais do estado. Há também as séries *Didática*, *Enfermagem*, *Ética Política* e *Violência* e *Série Geral*. Foram mais de mil títulos publicados em 18 anos, com destaque para a área de letras, em segundo

lugar as humanas e em terceiro as tecnológicas. Neste mês de fevereiro, está sendo lançado *Contos de Grimm* (edição bilíngue), *Contos Fantásticos de Maupassant*, *Apicultura e Desenvolvimento Sustentável*, além do resgate da obra de Horácio Nunes, autor catarinense do final do século passado.

A crise econômica que ronda a universidade com a ameaça de privatização, afeta também as rotativas *off set*. A Edufsc é operada por servidores, 16 bolsistas e três contratados para a área comercial. Quando um servidor se aposenta, não pode haver recontração. A vaga permanece ou é preenchida por bolsistas, onerando ainda mais a editora. Há quase sete anos sem receber recursos do MEC, a ordem é publicar e vender para poder investir. Matéria-prima como papel, barbante, cola e arte-final são adquiridos com recursos próprios. Mas o diretor Alcides Buss, atribui ao excelente quadro de funcionários o padrão de qualidade atingido pela editora.

O Programa Interuniversitário de Distribuição de Livros surgiu como forma de vender mais para investir mais. A distribuição para Florianópolis é feita diretamente com as livrarias, o

resto do estado e do país, é atendido pelo PIDL. As livrarias compram em consignação pelo catálogo das editoras e fazem uma prestação de contas mensal, retendo 50% da renda. No início do mês de fevereiro estava sendo comemorada a primeira venda feita pela internet. A página na rede foi reformulada durante as férias, sofrendo ampliação e inclusão do serviço de reembolso postal. A consulta pode ser feita de qualquer ponto do país. Para acessar o catálogo e fazer o pedido, o endereço é <http://www.editora.ufsc.br>.

A Edufsc foi criada em 1980 e implantada no ano seguinte. Saiu de uma pequena sala sob a escada da Biblioteca Central, para dividir um prédio com a Fapeu. Com apoio da Fundação Banco do Brasil, em 1991 inaugurou sua *casa própria*, com alguns equipamentos e móveis. A produção da Edufsc é limitada, adaptada ao mercado. Porém situa-se entre as maiores editoras universitárias, como as da USP e UnB. Não compete com as editoras privadas; antes, desenvolve um trabalho complementar, lançando títulos de lento retorno financeiro. Através da Câmara Brasileira do Livro, estimulou o

surgimento das editoras da FURB (Blumenau), Unoesc (Chapecó) e Univali (Itajaí), todas no interior do Estado.

Talvez pelo fato de dois dos seus três diretores (incluindo o atual) serem poetas, o tema recebe a devida atenção da Edufsc. As coleções *Memória Literária de SC* e *Ipsis Litteris*, resgatam e abrem espaço para a literatura local. Vale destacar o livro *Raimundo*, peça teatral que fala da relação entre a aristocracia e a plebe, publicada postumamente em 1868 por Alvaro Augusto de Carvalho. Alvaro de Carvalho é o nome do teatro (o TAC) construído no início deste século e referência cultural do estado.

A Edufsc tem consciência dos intermináveis problemas que afetam a atividade editorial, principalmente quanto à divulgação e distribuição dos livros. Considera papel das editoras universitárias oferecer alternativas a crescente demanda de autores regionais, como forma de resistência à globalização da cultura. E não é esta a função primeira da atividade cultural e da palavra escrita?

Sílvio Smaniotto

Edufsc resgata literatura catarinense

Calvin e Fradim contra os distribuidores de HQ

A trajetória de dois artistas mostra a luta desigual para proteger suas criações



Tem uma coisa em comum em toda tira estrangeira publicada em nossos jornais — junto com a assinatura do artista, lá em baixo, em letras bem pequenas, está impresso o *copyright* de algum *syndicate*, as agências distribuidoras do material, nos EUA e no mundo. Essa é a senha para que a tira seja entregue para milhares de jornais, é a garantia de que aquele personagem pode ser licenciado na forma de vários produtos e, dependendo da popularidade, pode significar ainda desenhos animados e filmes inspirados nele. Enfim, representa muito dinheiro para o autor. Parece o Paraíso, não?

Pois para alguns artistas o esquema dos *syndicates* representa o Inferno. É como toda boa história de diabo, essa começa com um contrato. Ele dá à agência distribuidora a exclusividade sobre o artista durante anos e o direito de explorar comercialmente a tira, além de ser uma autorização para que o material seja censurado de acordo com os critérios do grupo. De tão autoritária que é essa relação, seria inevitável atritos entre artistas e *syndicates*. Dois casos ficaram conhecidos por aqui: o do brasileiro Henfil, que teve uma curta experiência com o sistema americano de distribuição, nos anos 70, e o do criador da tira *Calvin e Haroldo*, Bill Watterson.

Henfil escreveu sobre o período que viveu "sindicalizado" para o segundo número da revista *O Bicho*, publicado em março de 1975. Watterson fez um desabafo da sua situação na coletânea *Os dez anos de Calvin e Haroldo*, que saiu nos EUA em 1995. Apesar dos 20 anos que separam os casos, ambos têm vários pontos em comum quando falam do autoritarismo dos *syndicates*.

Mad Monks: Fradim pra gringo ver - Henfil começa contando qual a manha que usou para entrar no fechado círculo das tiras distribuídas por um *syndicate*: o tráfico de influências. Um amigo dele trabalhava na época para o *Washington Post* e arrumou um encontro entre o Henfil e um dos donos da *Universal Press Syndicate* (UPS). Parecia a chave para o incrível mundo da distribuição mundial: "eu só queria isso para espalhar minhas idéias, falar das 'verdades sociais' e assim enfrentar a influência de Walt Disney de igual para igual". Tinha tudo para dar certo, pois logo na primeira semana dez jornais fecharam contrato com a tira *Mad Monks*, a versão gringa dos *Fradinbos*.

O primeiro problema do brasileiro foi com as restrições feitas pela UPS. Das primeiras 72 tiras que ele entregou só 17 receberam o OK. As outras 55 foram consideradas "inviáveis" por serem *sick* (literalmente, "doen-

te"). "Pô, as tiras *sick* eram tão limpas, tão calmas, tão tímidas que não tive coragem de mandar nenhuma delas para o *Pasquim*. Seriam consideradas fracas". Os textos de algumas tiras ainda foram refeitos pelo pessoal da UPS sem a permissão do autor. Quando Henfil peitou o grupo e perguntou se havia censura ali, a resposta foi clássica e ríspida: "Não estamos censurando, estamos editando!". O saldo total foi de mais de 200 tiras vetadas.

Claro que não parou por aí. Os jornais, pressionados por cartas indignadas dos leitores começaram a largar os *Mad Monks*. Alguns aguentaram só duas semanas. O *Chicago Tribune* desistiu depois de 45 dias, o canadense *Toronto Sun* depois de 51. Um jornal de Salt Lake fez uma pesquisa entre seus leitores a respeito da tira, e entre 404 cartas somente quatro defendiam a publicação. A opinião dos leitores era que o material seria "anti-americano, anti-Deus e *sick*". A opinião de Henfil quanto ao trabalho que ele conseguiu ver publicado depois da mutilação e censura a que foi submetido pelo *syndicate* era outra: "foi o subproduto do pior que já produzi na vida".

As molecagens de Bill Watterson - No dia 18 de novembro de 1985, estreava em 35 jornais a tira mais cultuada das últimas décadas. Apesar de todo o sucesso que fez, seu autor sempre conseguiu se manter afastado das badalações e tornou sua vida pessoal um mistério para os fãs de *Calvin e Haroldo*. O que se sabia era que ele havia sido recusado



por dois *syndicates* antes de começar a ser representado pela UPS (sim, a mesma do Henfil) e que em pouco tempo trouxe sucesso e muita dor de cabeça para aquele grupo.

Para começo de conversa, durante os primeiros cinco anos, Bill Watterson lutou contra qualquer tentativa de licenciamento de seus personagens (Henfil foi, muito provavelmente, o primeiro a exigir que esse tipo de restrição constasse no contrato que assinou, em 1974). Exausto da discussão, o criador de *Calvin* se tornou o terceiro artista a tirar um longo período de férias enquanto publicava uma tira. Os dois pioneiros foram Garry Trudeau e Gary Larsen. Foram dois períodos de folga, de nove meses cada, separados por três anos de trabalho diário. Hoje, dar folga aos artistas é prática comum nos *syndicates*. A última briga de Watterson foi para mudar o rígido esquema da tira co-

lorida dominical, de modo a conseguir uma liberdade artística bem maior do que vinha tendo.

A popularidade de *Calvin e Haroldo* garantia a vitória de seu criador, ao contrário do que aconteceu com Henfil. Isso até o dia em que Watterson resolveu parar de fazer a tira, em 1995. Nos dez anos em que escrevia e desenhava a tira, ele aproveitou para gozar da sua própria realidade disfarçando tudo nas histórias de *Calvin*. Foi o caso dos metafóricos monstros que viviam embaixo da cama do moleque. *Calvin* jogava lixo para que comessem e parassem de incomodá-lo. Na visão de Watterson essa era sua relação com os monstros do *syndicate* — ele os abastecia com material de qualidade inferior ao que poderia fazer em troca de um pouco de paz.

Textos: Romeu Martins



Syndicate não é sindicato

O que nós entendemos por sindicato em inglês é chamado de *union*. *Syndicate* são as Agências de Distribuição que funcionam de maneira parecida com as Agências de Notícia, a diferença é que ao invés de reportagens e artigos elas distribuem charges e tiras. O custo desse material é dividido pela enorme quantidade de jornais que são atendidos por todo o mundo, tornando quase impossível um artista independente competir com um esquema do tipo. Existe ainda outro preço a se pagar por essa abrangência mundial que se consegue, como lembrou Bill Watterson: "comercializar tiras em grande escala encoraja os quadrinhos a serem conservadores, facilmente categorizáveis e imitadores de sucessos anteriores".

No começo os artistas eram contratados exclusivamente para trabalhar em um único jornal, como foi o caso do criador daquela que é considerada a primeira HQ da história, *Yellow Kid*, que trabalhava para o *The New York World*. Foi o inspirador do filme *Cidadão Kane*, Willian Randolph Hearst, que tirou o cartunista do concorrente para trabalhar em seu jornal, o *The New York Herald*. Hearst aproveitou a deixa para criar o primeiro *syndicate* importante dos Estados Unidos, o *King Features Syndicate*. A distribuidora para a qual tanto Henfil quanto Watterson trabalharam, a UPS, é considerada a mais liberal do país. Foram eles que editaram na década de 70 a única tira que falava em Watergate e Guerra de Vietnã, *Doonesbury* de Garry Trudeau. Apesar dos atritos que os dois artistas tiveram com ela, o mundo fora da "revolucionária" UPS é ainda pior.



Inesquecível



Símbolo latino-americano mais conhecido do século segundo a ONU, Carmen Miranda ainda é, noventa anos depois de seu nascimento, o estereótipo da mulher latina. Do alto de seu metro e cinquenta e três de altura — estatura compensada pelos grandes chapéus e sapatos plataforma —, a *Pequena Notável* levou aos Estados Unidos todo o exotismo e alegria implícitos no significado da palavra *latinidad* para os norte-americanos.

Carmen Miranda, apesar de ter sido uma espécie de porta-bandeira do samba, o mais brasileiro de todos os ritmos, era portuguesa. Nascida na província de Marco de Canavezes, em Portugal, no dia 09 de fevereiro de 1909, a menina Maria do Carmo Miranda da Cunha foi trazida ao Brasil ainda no colo de sua mãe, com apenas dez meses de idade.

Suas primeiras apresentações lhe custaram o emprego em uma loja de gravatas do Rio de Janeiro. Foi demitida porque distraía as colegas, que paravam de trabalhar para ouvi-la cantar. Daí, já conhecida pelos freqüentes da loja, foi convidada para se apresentar em um recital de caridade no Instituto Nacional de Música. Aos vinte anos já fazia sucesso nos

palcos cariocas e recebeu o apoio do compositor Josué de Barros, que, além de financiar suas aulas de canto e dicção, apresentou-a a todas as rádios e gravadoras da época.

Entre 1929 e 1938, na primeira fase de sua carreira — quando seu sucesso ainda era restrito às fronteiras do país — gravou, para os selos RCA Victor, Brunswick e Odeon, 143 discos, num total de 281 faixas. Seu primeiro grande *hit* foi a marchinha *Tai (pra você gosiar de mim)*, que vendeu 35 mil cópias no Carnaval de 1930, um valor astronômico para a indústria fonográfica da época. Foi Carmen Miranda quem lançou o então desconhecido compositor Dorival Caymmi. Em seu último filme brasileiro — ela fez seis filmes na Cinédia — apresentou-se pela primeira vez vestida de baiana, cantando *O Que é que a Baiana Tem?*, de Caymmi.

A estrela principal e exclusiva do Cassino da Urca foi “descoberta” numa

apresentação no início de 1939 pelo empresário norte-americano Lee Shubert, considerado na época o dono da Broadway. Muitos atribuem as negociações que levaram Carmen para os palcos americanos à Política da Boa Vizinhança. Sua imagem teria sido cinicamente explorada pelo governo norte-americano durante a Segunda Guerra, com o propósito de atrair a atenção e os recursos da América Latina contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Usada ou não pelos Estados Unidos, é certo que a *brazilian bombshell* (bomba brasileira) apelido dado pelos jornalistas americanos, cumpriu um papel fundamental na popularização de um ritmo de raízes brasileiras. Assim como Elvis Presley, que tornou populares ritmos negros e o *blues*, Carmen Miranda fez sucesso no centro do *show business* mundial cantando e representando um estilo musical não-europeu.

Seu sucesso nos palcos da Broadway foi imediato. Estreou em junho de 1939 com o espetáculo musical *Street of Paris*, sempre junto do conjunto brasileiro Bando da Lua. Levá-la para os Estados Unidos foi, aliás, sua única exigência ao assinar o contrato com Shubert — ela namorava um dos componentes do conjunto, Aloysio de Oliveira. No mesmo ano de sua primeira apresentação americana, alcançou tamanho sucesso que desbancou La Guardia, o prefeito mais famoso que Nova York já tivera, e Greta Garbo, o monstro sagrado do cinema, na lista anual de popularidade da cidade.

Em julho de 1940, voltou pela primeira vez ao Brasil para o casamento de sua irmã Aurora Miranda. Foi recebida triunfalmente pela população do Rio de Janeiro, desfilando em carro aberto pela Avenida Rio Branco. Mas, ao cantar para um espetáculo beneficente no Cassino da Urca, recebeu aplausos frios

da elite carioca, que acusou-a de ter voltado “americanizada”. Ser chamada de “falsa baiana” pelos jornais do dia seguinte foi uma das maiores mágoas de Carmen Miranda, mas também resultou numa de suas mais brilhantes interpretações. *Disseram que eu voltei americanizada* foi escrita por Luiz Peixoto e Vicente Paiva como resposta às críticas que recebera da imprensa brasileira. Até hoje, muitos críticos acham que o sucesso de Carmen Miranda cresceu em razão inversa à sua brasilidade, já que começou a carreira cantando toadas sertanejas e terminou cantando em inglês acompanhada do grupo vocal americano Andrews Sisters.

De sua visita ao Brasil, foi direto para Hollywood, para cumprir um contrato que acabara de assinar com a 20th Century-Fox. *That night in Rio — Uma noite no Rio* foi seu *debut* nas telas de prata internacionais. Seis meses depois de chegar na Meca do cinema deixou suas mãos, pegadas e autógrafos na calçada da fama do *Chinese Theatre*. Na época, essa homenagem só era prestada aos artistas com mais de dez anos de carreira, mas Carmen, mesmo novata, já era uma personalidade famosa o suficiente para deixar sua marca em Hollywood.

Mas enquanto sua imagem era associada a interpretações alegres e bem humoradas, seu personagem na vida real viveu dramas e decepções. Em 1947, surpreendendo até os amigos mais próximos, casou-se com o produtor americano David Sebastian. Nunca foi feliz no casamento. O excesso de trabalho da imigrante portuguesa que cantou até na Casa Branca trouxe o vício em tranqüilizantes e estimulantes. E ela nunca se conformou por ser tão aplaudida num país estrangeiro e tão criticada no Brasil.

Para se recuperar de um esgotamento nervoso causado pelo uso excessivo de anfetaminas e bebidas, e tentar uma reconciliação com o passado, ela voltou ao Rio de Janeiro em dezembro de 1954. Hospedou-se no Copacabana Palace por quatro meses, e, durante um mês, recebeu só o médico, parentes e poucos amigos. Sua última estadia no Brasil resumiu-se a quatro meses; ela teve que voltar aos Estados Unidos, em abril de 1955, para a inauguração do mais luxuoso e moderno cassino de Las Vegas, *O New Frontier*.

A morte súbita, no auge da fama, a consagrou para sempre. Carmen teve um ligeiro desmaio durante a gravação de um



Carmen e seu marido David Sebastian (à dir.)

programa de televisão americano, o *The Jimmy Durante Show*. Na manhã do dia seguinte, foi encontrada morta no *closet* de sua mansão em Beverly Hills, aos 46 anos de idade, vítima de um colapso cardíaco. Seu enterro, no Rio de Janeiro, foi acompanhado por uma multidão de quase um milhão de pessoas.

A fama alcançada por Carmen Miranda é difícil de ser explicada. Expressão da cultura latino-americana, imitada por muitos, de Esther Williams a Bette Midler, não chegou ao sucesso exatamente pelos seus atributos físicos ou por sua voz de *mezzo soprano*. Muitas outras cantoras com talento e beleza tentaram e não chegaram lá. Ela tinha carisma, tinha o que os americanos chamavam de *it*, algo diferente que, na verdade, ninguém até hoje soube especificar. Sua maneira realista e teatral de interpretar provocava nos ouvintes uma impressão de materialidade que não costumavam ouvir em outras cantoras. O mito Carmen Miranda não tem explicação. E nem precisa. Basta lembrar ela divulgou o Brasil e o samba como nenhum outro artista de sua época, e continua fazendo sucesso numa época em que *É o Tchan* (o *it* das Sheilas é outro...) é vendido como música popular brasileira.

Camila Olivo



33 horas de Carmen Miranda

Nos 25 anos de sua carreira cinematográfica Carmen Miranda gravou 22 filmes, 14 deles nos Estados Unidos. Sua filmografia, porém, contabiliza um filme a mais. É o documentário *Banana is My Business*, produzido no Brasil, em 1994. Na fita, disponível em apenas uma locadora de Florianópolis — a *Raro Efeito* — a diretora Helena Solberg conta a vida da *Pequena Notável* misturando cenas originais da cantora com cenas interpretadas pelo ator transformista Erick Barreto. Confira abaixo a lista dos filmes que a brasileira mais famosa dos Estados Unidos desde a década de 40 fez:

PRODUÇÕES BRASILEIRAS

Degrans da Vida (1930)
Direção: Lourival Agra
Carnaval Cantado de 1932 no Rio (1932)
Direção ?

A Voz do Carnaval (1933)
Direção: Adhemar Gonzaga e Humberto Mauro

*é o primeiro filme sonoro da Cinédia, obteve grande êxito quando foi exibido em Paris, em 1936. O filme, que conta a história do Rei Momo que foge para assistir o Carnaval no Rio de Janeiro, tem cenas reais, gravadas ao vivo

Alô, Alô, Brasil! (1935)
Direção: Wallace Downey, João de Barro e Alberto Ribeiro

* o filme foi tão bem feito que é considerado o primeiro produto industrial do cinema brasileiro.

Estudantes (1935)
Direção: Wallace Downey

Alô, Alô, Carnaval! (1936)
Direção: Adhemar Gonzaga

Banana da Terra (1939)
Direção: João de Barro

*Carmen Miranda canta *O Que é que a Baiana Tem?*, de Dorival Caymmi.

Laranja da China (1940)
Direção: Ruy Costa

Banana is My Business (1994)
Direção: Helena Solberg

* é um documentário ficcional sobre a vida de Carmen Miranda.

PRODUÇÕES AMERICANAS
Serenata Tropical (Down Argentine Way) — 1940
Direção: Irving Cummings

Uma Noite no Rio (That Night in Rio) — 1941
Direção: Irving Cummings

Minha Secretária Brasileira (Springtime in the Rockies) — 1942
Direção: Irving Cummings

Entre a Loura e a Morena (The Gang's All Here) — 1943
Direção: Busby Berkley

Quatro Moças Num Jeep (Four Jills in a Jeep) — 1944
Direção: William Seiter

Serenata Boêmia (Greenwich Village) — 1944
Direção: Walter Lang

Alegria, Rapazes! (Something for the Boys) — 1944
Direção: Lewis Seiler

Sonhos de Estrela (Doll Face) — 1945
Direção: Lewis Seiler

Se Eu Fosse Feliz (If I'm Lucky) — 1946
Direção: Lewis Seiler

Copacabana (Copacabana) — 1947
Direção: Alfred E. Green

O Príncipe Encantado (A Date With Judy) — 1948
Direção: Richard Thorpe

Romance Carioca (Nancy Goes to Rio) — 1950
Direção: Robert Leonard

Morrendo de Medo (Scared Stiff) — 1953
Direção: George Marshall